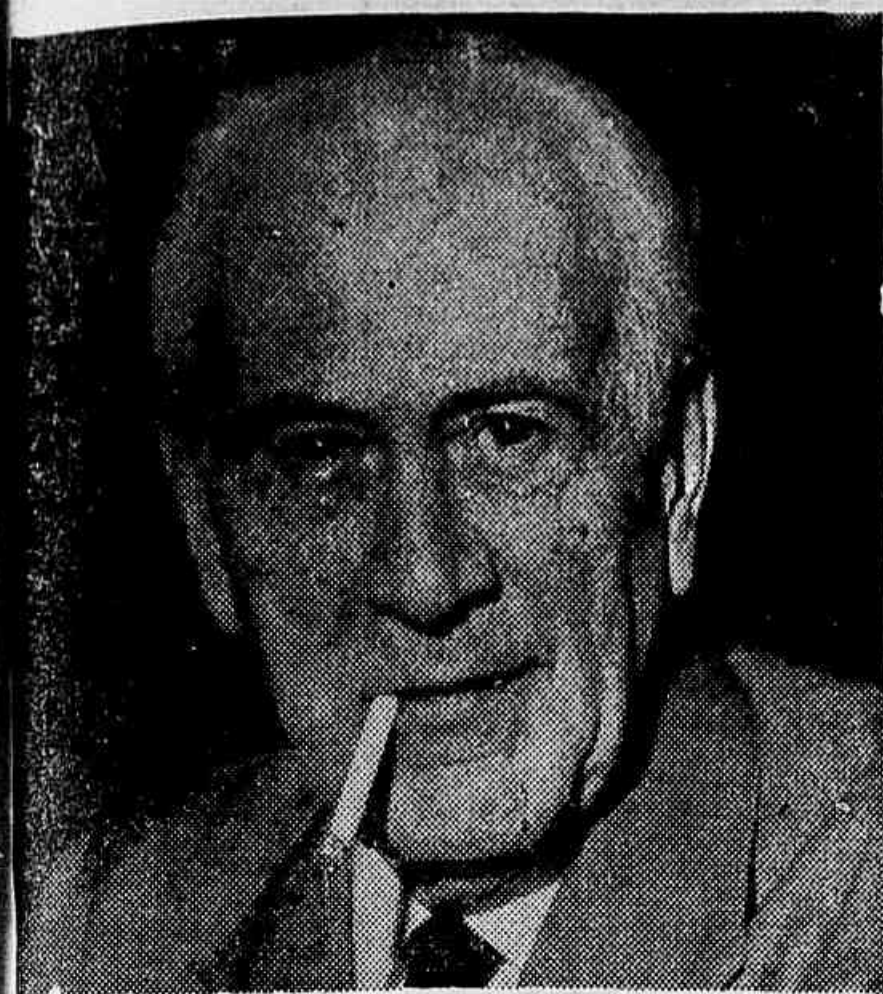


EXIGEM OS SINDICATOS: NOVO SALÁRIO MÍNIMO ATÉ O NATAL

(REPORTAGEM NA DÉCIMA PÁGINA)

VANTAJOSO PARA O BRASIL O AUXÍLIO DA UNIÃO SOVIÉTICA

(TEXTO NA PÁG. CENTRAL)



OSWALDO ARANHA NO ISEB: "O Capital estrangeiro exige privilégios especiais para entrar, privilégios ultra-especiais para permanecer e privilégios especialíssimos para sair".

(LEIA NA PÁGINA CENTRAL)

OFENSIVA DOS TRUSTES CONTRA A PETROBRÁS

(LEIA NA QUARTA PÁGINA)

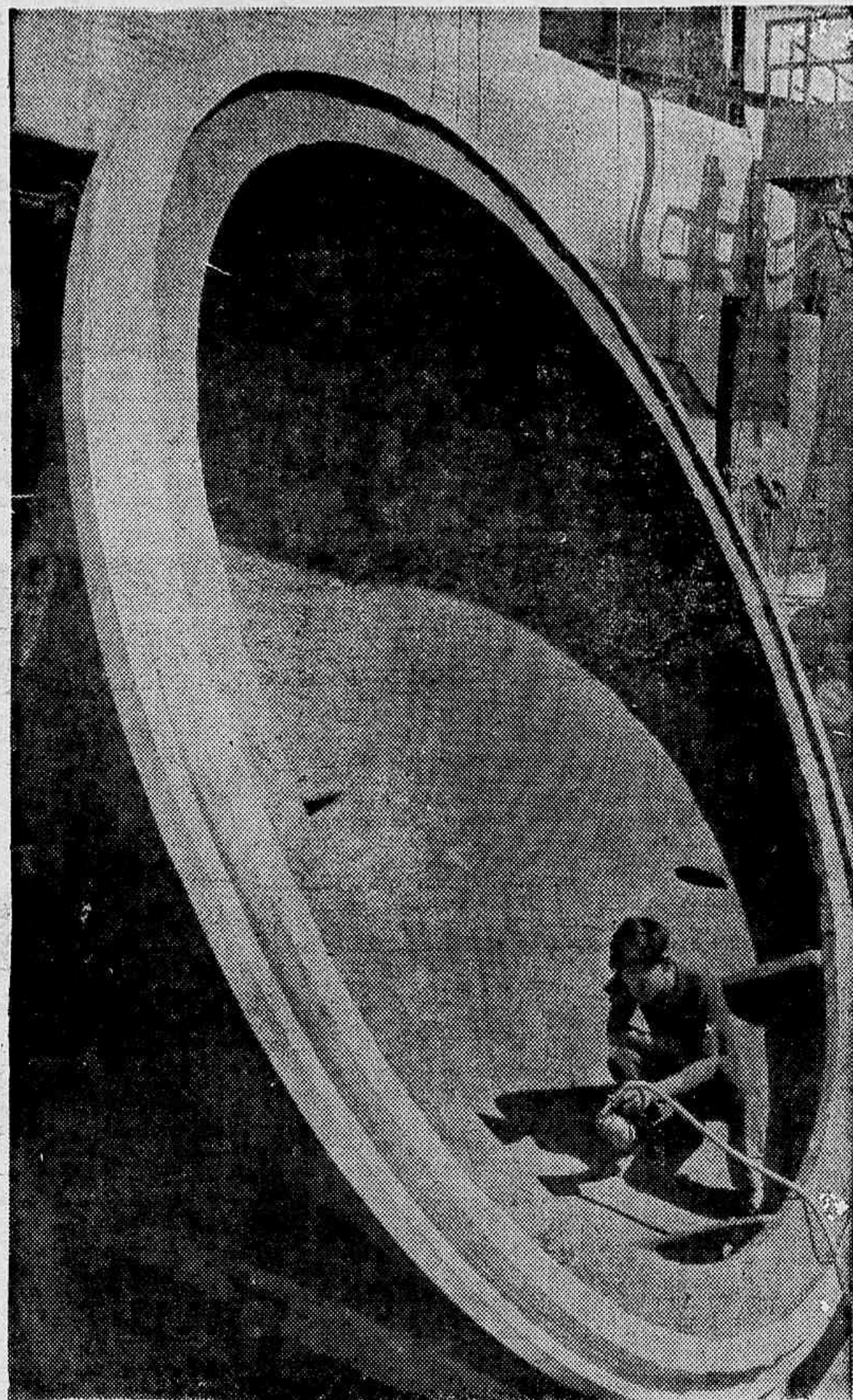
VOZ OPERÁRIA

No. 496 — Rio de Janeiro, 6 de Dezembro de 1958

PREÇO do Exemplo 3⁰⁰

NUMA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL realizada recentemente na China Popular sobre as conquistas industriais durante o atual plano quinquenal, foram exibidos em Pequim artigos industriais que antes a China necessitava importar do estrangeiro. Exemplo da potencialidade crescente da indústria chinesa é este forno de alta tensão que vemos na fotografia. O forno pesa 16,8 toneladas e tem 4,2 metros de diâmetro.

(REPORTAGEM NA PÁG. 9)



URSS — EM 7 ANOS A PRODUÇÃO AUMENTARÁ EM 80 POR CENTO

A potência industrial e, em geral, a potência econômica da URSS atingiu a um nível que já é possível, sem prejudicar a defesa do Estado Soviético, proporcionar condições de vida bastante melhores ao povo. Para ter-se uma idéia do quanto se desenvolverá a economia da URSS nos próximos 7 anos, basta citar as seguintes cifras do Plano a serem alcançadas em 1965:

★
UNIDADE POPULAR CONTRA A CARESTIA
 — A foto mostra-nos um aspecto na grande passeata realizada em São Paulo, na semana passada. (Reportagem na última página).
 ★

★
ÁÇO — de 86 a 91 milhões de toneladas; **PETRÓLEO** — de 230 a 240 milhões de toneladas; **CARVAO DE PEDRA** — de 596 a 609 milhões de toneladas; **PRODUTOS QUÍMICOS** — aumento de quase o triplo; **ENERGIA ELÉTRICA** — de 500 a 520 bilhões de kilowatts-hora; **PRODUÇÃO DE MÁQUINAS** — aumento de quase o dobro; e **PRODUÇÃO GLOBAL** — aumento de 80% no septênio.

(Reportagem na 8a. página)



COM 25 POR CENTO DO TOTAL DE VOTOS O P.C.F. ELEGEU 2% DOS DEPUTADOS

DE Gaulle realizou uma reforma eleitoral para impedir que o resultado das eleições refletisse a vontade do povo — Um exemplo de «democracia» que os anticomunistas exaltam

«O Partido Comunista, que reuniu perto de um quarto dos sufrágios totais, só elegeu dez deputados, enquanto a UNR, com uma proporção mais ou menos semelhante, elegeu 188. Em um escrutínio estritamente proporcional ao número de votos recebidos por partido, o Comunista teria elegeido 88 deputados e a UNR somente 82.»

Essas palavras são de Gilles Lapouge, correspondente do «O Estado de São Paulo» em Paris. E foram publicadas pelo jornal paulista no dia 2 último. Elas revelam o caráter de verdadeira farsa de que se revestiram as eleições francesas.

Mudança no Sistema Eleitoral

De acôrdo com lei de 1946, a IV República francesa se baseava num sistema eleitoral proporcional, que concedia a cada partido um número de representantes no parlamento em proporção com o número de votos obtidos. Por esse sistema, o Partido Comunista Francês, sendo o maior partido do país, tinha sempre a maior bancada parlamentar. E sem dúvida nenhuma o sistema eleitoral mais democrático nas condições da França, onde são muitos os partidos políticos. E é o sistema também adotado no Brasil.

De Gaulle, porém, revogou, a 14 de outubro passado, o sistema eleitoral em vigor e o substituiu pelo sistema chamado majoritário, com eleição de deputados por circunscrições. Os partidos podem apresentar apenas um candidato em cada circunscrição, quando antes apresentavam a lista de candidatos por departamento. A eleição se realiza em dois turnos. No primeiro, são eleitos os candidatos que obtêm maioria absoluta (mais da metade dos votos). No segundo, a eleição se faz por maioria simples.

Nesse sistema, tem particular importância o modo de formar as circunscrições. O governo degaulista se orientou pelo objetivo de fracionar e unir as zonas rurais e burguesas às cidades e centros operários com grande influência do Partido Comunista, ao mesmo tempo que organizou as circunscrições de acôrdo com os interesses dos partidos representados no governo, sendo o mais favorecido o partido de Soustelle.

Teoricamente, cada departamento se divide em circunscrições levando-se em conta o número de habitantes, mas o departamento não pode ter menos de duas circunscrições. Formam-se, assim, circunscrições muito di-

ferentes pela população. Há umas, por exemplo, com 70.000 habitantes, enquanto outras possuem 120.000. Essa situação favorece as zonas agrícolas em detrimento das industriais, que são mais densas e onde é maior a influência das esquerdas, principalmente dos comunistas. Assim, quatro departamentos da zona rural pouco povoados — Lozère, Ariège, Baixos Alpes e Altos Alpes — têm dois deputados cada, enquanto que regiões de outros departamentos iguais a eles pelo número de habitantes só têm um. E são muitos os exemplos da divisão de circunscrições com o objetivo de favorecer eleitoralmente os partidos que apoiam De Gaulle e prejudicar os partidos progressistas, principalmente o PCF.

Confissão de

«LE MONDE»

Está fora de dúvida que o novo sistema eleitoral foi elaborado para impedir que

a vontade do povo se refletisse claramente nos resultados do pleito, impedindo que o PCF, como partido majoritário, que era e ainda é, tivesse a maior bancada no parlamento, tivesse uma bancada proporcional ao número de seus votos. Antes mesmo das eleições (a 9 de outubro), o jornal burguês LE MONDE dizia que um dos objetivos da reforma é puramente político: como reduzir o número dos deputados comunistas sem reduzir a representação socialista... E o órgão dos industriais franceses, ENTREPRISE, comentando e pro-



jeito de modificação do sistema eleitoral, expressou francamente o interesse das esferas capitalistas no sistema majoritário: «Se a nova lei eleitoral elaborada pelo governo — afirmava —

parece que deve traduzir-se em uma diminuição da representação do Partido Comunista no Parlamento, o movimento de alta na Bolsa deve ampliar-se.» A UPI, em despacho de Paris publicado no «O Jornal» de 23 de novembro, informou sem mais palavras: «O novo sistema eleitoral foi elaborado principalmente para prejudicar os comunistas.»

Exemplo de

«Democracia»

Após as eleições as agências telegráficas imperialistas cantaram vitória. Com o conhecido despudor com que falseiam a verdade, se limitaram a divulgar os resultados, o número de deputados eleitos pelos partidos, ocultando o número de votos e nada dizendo sobre as verdadeiras causas da atual composição do parlamento francês e da diminuição da bancada comunista. E em torno dessas informações os jornais da reação fizeram, com o mesmo despudor, as mais deslavadas provocações anticomunistas. Falam, como «O Globo», em «manifestação das urnas», em «total desbarato do Partido Comunista», e que o povo francês «tenta abrir, pelo voto, o caminho de uma vida nova». Mas a verdade é que as eleições, pelo novo sistema eleitoral, representaram uma autêntica farsa, tendo sido violentamente fraudada a vontade popular de tal modo que 25% do eleitorado (a votação no PCF) terão apenas 2% do total de membros do parlamento (10 entre 465 deputados). É desse exemplo de «democracia» que os defensores da «democracia ocidental e cristã» tanto estão se vangloriando.



NOVAS MAQUINAS CHINESAS — Recentemente, em Pequim, instalou-se uma exposição da indústria e das comunicações da República Popular da China. A exposição contou com numerosas novas máquinas e implementos que antes eram importados pela China e hoje são produzidos pela indústria chinesa. Na foto (agência Sinhua) vemos uma teletipo chinesa usada nos serviços de comunicações da China Popular.

OS SEIS MESES DE DE GAULLE

A 2 de junho de 1958, perante o Parlamento francês, o general De Gaulle prometeu solenemente que no prazo de seis meses resolveria o problema da Argélia — origem imediata da grave crise que assolava a França e que levou os ultra-reacionários franceses ao Poder. De Gaulle reclamava poderes extraordinários para agir — e então tudo se decidiu entre a França e a Argélia.

Passaram-se os seis meses. O chefe com pretensões a

messias falhou redondamente na sua mais espetacular promessa ao povo francês.

Continua sangrenta a guerra de libertação na Argélia contra as tropas coloniais francesas. Tentam ocultá-lo as agências telegráficas, como aliás, a maioria dos jornais franceses. Mas o povo francês sente que a terra argelina continua a ser regada com o sangue não somente dos bravos combatentes nativos, mas também de seus próprios filhos, soldados franceses a serviço dos colonizadores.

Na última semana de novembro se informava que os combates prosseguem em todo o território da Argélia. Operações de envergadura estavam em curso em Palestro, La Fayette, Aflou, El Millia, Bône. «Le Journal du Dimanche» anunciava que 1.000 argelinos tinham sido postos à prova de combate no decorrer da semana anterior. (Não se mencionam quase nunca as perdas francesas, para não alarmar a França).

E, note-se, além de prosseguir a selvagem guerra colonial contra o povo argelino, o governo de De Gaulle tenta por outros meios «resolver» o mais grave problema colonial francês. Procurou conversações com os chefes do governo livre argelino no Cairo, mas impondo condições tais que suas propostas foram repelidas. Por que objetivo de De Gaulle é conservar de qualquer maneira o domínio colonial francês na Argélia, defender ali os interesses da burguesia imperialista da França, que explora e oprime o povo argelino e pilha as riquezas naturais de seu país.

O povo argelino, os heróicos patriotas que lutam contra os ocupantes franceses, não se submetem. De Gaulle sofreu seu primeiro grande fracasso quando se esgotou o prazo pedido para decidir a situação na Argélia e a guerra de libertação dos argelinos não amaina, mas prossegue, com uma indômita resistência argelina.



BERLIM: GUERRA OU PAZ?

A 27 de novembro, o governo da União Soviética enviou uma nota aos governos dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha Ocidental sobre o problema de Berlim. A União Soviética apresenta duas alternativas para resolver este problema de acôrdo com os interesses do povo alemão e da paz mundial. A primeira alternativa é que as potências ocidentais voltem à política conjunta com a União Soviética nos assuntos alemães, à base do Tratado de Potsdam. Isto significaria o abandono simultâneo pela República Federal Alemã (Alemanha Ocidental) do Pacto do Atlântico Norte e pela República Democrática Alemã do Tratado de Varsóvia. Significaria, portanto, a desmilitarização da Alemanha, conforme previa o Tratado de Potsdam, violado grosseiramente pelas potências ocidentais ao restabelecerem as forças armadas ocidental-alemãs, fornecendo-lhes inclusive armamentos atômicos. A segunda alternativa, seria a transformação de Berlim em «cidade livre». Como cidade livre teria a sua própria administração, deixaria de ser a sede do governo da República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) e seus habitantes poderiam escolher o regime político e social que lhes conviesse.

O principal argumento da proposta soviética é que, ao mesmo tempo que rearmam intensamente a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos, Inglaterra e França transformam a zona ocidental de Berlim — em pleno coração da República Democrática Alemã — numa monstruosa praça d'armas e num trampolim para os revanchistas alemães em seus planos jamais abandonados de retornarem à cruzada hitlerista contra o Leste. Adenauer não oculta que desconhece a legitimidade das fronteiras orientais da Alemanha, quer dizer, pensa em reconquistar à Polônia e à Tchecoslováquia territórios poloneses e tchecos pretendidos pelos imperialistas alemães.

Que Estado do mundo permitiria que dentro de seu próprio território se aquartelassem forças e se apetrechassem tropas com fins declaradamente agressivos con-

tra esse próprio Estado? Pois é o que acontece em Berlim. O cavalo de Tróia de Adenauer engordou dentro da capital da República Democrática Alemã. A zona ocidental de Berlim é considerada como a ponta de lança do Pacto do Atlântico contra os países do mundo socialista.

E as potências ocidentais, depois de terem rasgado clinicamente o Tratado de Potsdam, em cujo espírito se baseia a política quadripartite que deveria vigorar depois da guerra, abandonam em tudo o mais essa política, mas se enchem de furor quando se fala em novo regime para Berlim. Até mesmo a proposta de transformação da antiga capital do Reich em cidade livre, repelem em princípio, o que demonstra os seus propósitos de manterem uma cabeça de ponte dentro do território da República Democrática Alemã.

A União Soviética já fez saber que, no caso das potências ocidentais não aceitarem as propostas para solucionar o problema de Berlim, nada mais resta senão denunciar o estatuto de ocupação, de acôrdo com as autoridades da República Democrática Alemã. Estas passarão então a se ocupar dos assuntos de Berlim e com elas deverão tratar as potências ocidentais. Estas têm um longo prazo, seis meses, para decidirem. A URSS está disposta a discutir a questão.

Porta-vozes oficiais dos Estados Unidos, comentando o assunto, ensaiaram ameaças de caráter militar, dentro do espírito da «guerra fria» de Dulles. Resta saber se o povo norte-americano e os povos da Europa estão dispostos a se envolver numa guerra, que seria uma catástrofe de proporções imprevisíveis, por causa da cidade de Berlim. A URSS tem, por seu lado, demonstrado o desejo de resolver o problema pacificamente, por meio de negociações.

A questão de Berlim não interessa apenas aos alemães, ou aos europeus, mas a todos os povos. De sua solução pacífica depende o fortalecimento da paz mundial.

AJUDE
VOZ OPERÁRIA
FAZENDO UMA
assinatura!

A LIÇÃO DA OPA

As vicissitudes que atravessa a chamada «Operação Pan Americana» revelam com uma clareza meridiana a verdadeira natureza das relações econômicas entre a América Latina e os Estados Unidos, destruindo os últimos argumentos dos que apontam na propaganda «ajuda americana» a panacéia capaz de curar o subdesenvolvimento e a pobreza de nossos países.

Ao lançar a OPA, o governo do sr. Kubitschek levantou a bandeira de luta contra o atraso dos países latino-americanos, chegando com essa atitude a impressionar alguns setores nacionalistas. Desde o início, porém, a iniciativa foi colocada em bases falsas e inconsistentes. A pretexto de «defesa da civilização ocidental», nossas relações com os Estados Unidos eram definidas em termos de adesão dos nossos países à política internacional do imperialismo norte-americano. Quanto aos programas de desenvolvimento, eram traçados na dependência exclusiva da concessão de créditos por instituições financeiras sob o controle dos Estados Unidos.

NENHUM patriota latino-americano negará a oportunidade de uma política exterior destinada a impulsionar o progresso econômico das nações deste continente. Não pode tal política ser fundada, no entanto, em função da boa vontade do governo norte-americano, baseada pelos monopólios que exploram a economia da América Latina e que de maiores responsáveis pelo seu subdesenvolvimento. A defesa dos interesses nacionais exige que se formulem relações externas em termos de igualdade de direitos e de vantagens mútuas, e não em termos de dependência e vassalagem.

PARTINDO dessa compreensão é que os setores antiimperialistas mais consequentes, tendo à frente os comunistas, denunciaram desde o primeiro momento a manobra de conciliação com o imperialismo implícita na formulação governamental da OPA. Refutaram a tese entreguista que subordina a luta contra o subdesenvolvimento dos países latino-americanos à inversão de capitais estrangeiros. E exigiram uma política

externa independente, baseada nos interesses nacionais. Uma política que nos permita comprar e vender onde seja mais conveniente à nossa economia, que estabeleça relações de amizade entre nosso país e todos os demais países, sem exclusões. Uma política que nos possibilite receber ajuda econômica e técnica estrangeira, sem concessões lesivas à soberania nacional.

A frustração iminente da OPA está mostrando agora quem tinha razão. Aos frios e calculistas «business men» de Wall Street não comovem os apêlos patéticos do poeta Frederico Schmidt. Pela voz de seu delegado Thomas Mann, na «Comissão dos 21», já declararam que os Estados Unidos não concederão créditos governamentais a longo prazo para o desenvolvimento básico da economia latino-americana. Quando muito, os países latino-americanos poderão receber créditos homeopáticos a curto prazo, destinados mais a incrementar as exportações dos Estados Unidos do que a resolver nossas dificuldades. E se quiserem mais inversões terão que oferecer ainda maiores atrativos aos capitais privados dos trustes.

A franqueza é tão brutal que, agora já não são apenas os comunistas, mas o próprio Presidente da República, quem vem a público demonstrar as vantagens da ajuda econômica soviética aos países subdesenvolvidos, em contraposição à pretensa ajuda do capital monopolista norte-americano.

A crise que a OPA atravessa é, portanto, a crise da própria política exterior do governo. É a falência irremediável da política de compromissos vergonhosos e de subordinação humilhante ao imperialismo, política essa a que entra cada vez mais em conflito com as necessidades prementes de desenvolvimento do país.

Já ninguém pode mais negar a necessidade de uma nova política externa. É o momento de exigir que o governo siga outro caminho, que abandone a trilha da conciliação com os interesses monopolistas estrangeiros.

O «NACIONALISMO» DO SR. JAGUARIBE FAVORECE OS TRUSTES AMERICANOS

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), enquanto convoca uma conferência pró-nacionalismo de alto nível como a do sr. Oswaldo Aranha, faz a distribuição (inclusive gratuita) de uma obra de ataque aberto aos princípios nacionalistas básicos, que têm sido defendidos pelo próprio ISEB.

Referimo-nos ao livro do sr. Hélio Jaguaribe «O nacionalismo na atualidade brasileira», alentado volume de cerca de 300 páginas, cuja repercussão, pela maneira como coloca determinados problemas em debate, mais do que pelas suas qualidades intrínsecas, será talvez bastante ampla. É pelo menos um livro sobre o qual não podem silenciar os participantes ativos do grande movimento nacionalista existente em nosso país.

O sr. Jaguaribe já se tornara conhecido por suas simpatias não ocultas para com setores declaradamente entreguistas, embora formando ele no movimento nacionalista e no próprio ISEB. O movimento nacionalista, pela sua mesma amplitude, compreende as mais diversas tonalidades, sabendo-se que dentro dele se encontram partidários disfarçados da sua liquidação pura e simples.

Não podemos dizer que o sr. Jaguaribe esteja entre os disfarçados. Neste seu novo livro, a pretexto de confrontar teses opostas, ele defende abertamente as teses antagônicas ao movimento nacionalista. E, nos problemas concretos que debate, sua posição na questão do petróleo é a de um advogado caloroso da Standard Oil.

Não fantasiemos. Vejamos as palavras do sr. Jaguaribe: «Em tese, a política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela Standard, ou qualquer outra empresa...»

Sim, qualquer empresa serve, menos uma empresa estatal, como a Petrobrás. O fôlego errado do sr. Jaguaribe se concentra sobre a Petrobrás. Afirma, por exemplo, à pág. 118: «O investimento mais eficiente possível, em petróleo, é o estrangeiro, devendo o capital nacional ser aproveitado em setores de menor exigência tecnológica e organizacional». Considera mesmo que «o capital estrangeiro é necessário e preferencial, para os investimentos petrolíferos, só sendo admissível o capital nacional como complementar...»

Aí, o sr. Jaguaribe não confronta teses: afirma categoricamente. E para justificar-se lança

Citamos trechos textuais do sr. Jaguaribe. Podemos deixar de dar-lhe qualificativos — todos podem caracterizá-lo facilmente. O seu nacionalismo tem origens e fins bastante suspeitos e perigosos para uma organização qualquer que se pretenda defensora dos ideais nacionalistas, daqueles que tratam de salvaguardar os interesses nacionais contra os interesses do imperialismo norte-americano.

Sem abordar outros aspectos do livro do sr. Jaguaribe (que é também advogado declarado das portas abertas para o capital estrangeiro, contrário a toda medida de nacionalização dos bancos, etc.) queremos salientar um fato. A publicação de seu livro coincide com a furiosa campanha desencadeada nas últimas semanas contra a Petrobrás, por intermédio do coronel Alexínio Bittencourt, de jornais entreguistas como o «Correio da Manhã» e «O Globo», e com a vinda ao Brasil do «rei do petróleo» dos Estados Unidos, Nelson Rockefeller. E, coincide também com a publicação nos Estados Unidos, de uma carta da «Hanson's Letter» em que se diz textualmente: «...há um espírito de agora ou nunca crescendo com respeito à pressão sobre o Brasil para que mude sua política financeira...» «Estão os homens da negócios (dos Estados Unidos) — prossegue a publicação americana — preparados a arriscar todos os investimentos não petrolíferos no Brasil e a maior possibilidade de negócios do hemisfério, exercendo uma pressão como a que foi feita na Argentina?».

Mas, parecemos que o sr. Jaguaribe tem uma tarefa imediata neste terreno: bater-se pela entrega da indústria petroquímica às companhias aliadas. Suas batérias visam sobretudo este setor. Aqui ele se veste de cético: «...pouco importa sejam estatais ou privadas as empresas que irão ocupar a petroquímica» (pág. 151). Mas logo adiante mostra que «as empresas privadas que se empenharem em petroquímica estão poupando à Petrobrás recursos e energia administrativa que encontram seu melhor emprego na pesquisa e na lavra do petróleo» (ps. 151-52).

Quer dizer: se a Petrobrás ceder ao capital privado (estrangeiro, é claro) a indústria petroquímica, poderá ficar com outros setores da exploração do ouro negro. Isto o sr. Jaguaribe admite... Advertindo, porém, que «a Petrobrás não pode imiscuir-se na venda de produtos petrolíferos nem na petroquímica».

Agora ou nunca... Os portavozes dos interesses dos trustes de petróleo da «Hanson's Letter» falam com toda clareza em pressão. É chegado o momento decisivo — com as dificuldades econômicas e financeiras que atravessa o Brasil — de exigir-lhe a bolsa ou a vida.

O livro do sr. Hélio Jaguaribe é a contribuição interna à nefanda campanha dos trustes.

SEMANA PARLAMENTAR

PAULO MOTTA LIMA

Em ritmo acelerado, o Congresso praticamente terminou a sessão legislativa. A prorrogação dos trabalhos, já decidida, permitirá apenas que Senado e Câmara funcionem como respiradouros políticos. O orçamento foi concluído. O mesmo quanto a leis importantes, entre as quais destaca-se a do imposto de renda. Na última segunda-feira, refugiando-se do calor de quarenta graus no ambiente refrigerado da Câmara, os deputados votaram algumas dezenas de projetos, esvaziando a ordem do dia.

A Câmara andou mal na votação do projeto sobre o imposto de renda. Insensíveis a todas as advertências, os líderes do governo e da oposição (inclusive o impoluto Lacerda), ajeitaram-se na proteção de fórmulas visivelmente defendidas por advogados de interesses suspeitos. Referindo-se a essa votação, o próprio vice-líder da maioria, sr. Cid Carvalho, acusou a maioria (maioria numérica, composta de governistas e opositoristas), por terem cedido, no caso do imposto de renda, «a interesses de grupos econômicos».

Houve alguma coisa de grotesco nessa «fraqueza». A papelada expedida ao Senado, em que eram atendidos os interesses de grupos econômicos, levava uma ressalva, sobre a imperfeição do trabalho executado às pressas...

Contudo, nem todos se conformaram com esse «embrulho e manda» de fim de legislatura. Fizeram-se ouvir algumas vozes criticando a maioria ecletica, na qual se misturavam respeitáveis figuras do governo e da eterna vigilância administrativa. Foi, por exemplo, denunciada a Igreja dos relatores de Comissões que despertam maior gula. São as Comissões de Orçamento e Fiscalização Financeira, de Economia e Finanças. Lembrou-se em plenário que durante sessões e sessões legislativas os relatores de tais Comissões não mudam. São sempre as mesmas caras. Transformaram-se em verda-

A Alegria dos Grupos Econômicos, o Demônio Côxo e o Dia Americano de Ação de Graças

deiros técnicos, para felicidade geral dos chamados «grupos econômicos». Convém lembrar aqui a ligação desses grupos econômicos com os interesses das empresas imperialistas que operam no Brasil.

O sr. Sérgio Magalhães, quando se votava o Imposto de Renda, denunciou uma emenda, que tinha o número 19. Essa emenda excluía de tributação proporcional ou complementar os aumentos de capital de pessoas jurídicas, mediante utilização do valor do ativo, quando decorrentes de aumentos de capital realizados por sociedades das quais sejam acionistas ou sócios, bem como as novas ações ou quotas distribuídas em virtude daqueles aumentos de capital.

Observou o representante petebista que a Emenda 19 constituía novo favor, concedido a pessoas já beneficiadas pelo dispositivo de lei que trata de reavaliação de ativo. «Não compreendo como órgãos técnicos da Câmara deixaram passar emendas desta natureza. O aumento de capital legítimo, resultante da atividade da empresa, sofre tributação, enquanto o aumento ilegítimo, iníquo, absurdo, imoral, estará isento de tributação proporcional e progressiva».

A emenda foi posta em votação: E o «rôlo compressor» udeno-pessadista dos grupos econômicos votou pelo ilegítimo, iníquo, absurdo e imoral dispositivo que o sr. Sérgio Magalhães acabava de denunciar.

Tratemos, porém, de aspectos amenos da faina parlamentar. Evitemos os grupos econômicos e seus advogados entreguistas. Mesmo por que abandonando a expressão maldita, deixando de falar em entreguismo, atenderemos a certo reclamo, um tanto desesperado, o bravo comandante da Sexta Região Militar, general João de Almeida Freitas.

A 27/11, uma parte da sessão da Câmara foi dedicada ao Dia Nacional de Ação de Graças. Nacional dos americanos, pois se trata de tradução do «Thanks-giving Day». É um feriado nacional do governo americano instituído em 1863, em atenção ao costume de colonos protestantes de New England, bastante supersticiosos, que costumavam dar Graças a Deus por sua prosperidade econômica, na última quinta-feira de novembro.

No Brasil, a Igreja Católica resolveu adotar o «Thanks-giving Day» daqueles herejes simplórios, sacrificando velhos preconceitos da luta religiosa.

O padre Medeiros Neto, da pacata província de Alagoas, falou sobre a tradução brasileira do «Thanks-giving Day», fazendo um pouco de história. Assim, por seu intermédio, fomos sabendo que «hoje, nos Estados Unidos, país realmente vértice, na culminância dos acontecimentos humanos (provavelmente alusão aos sucessos profanos de Cabo Canaveral), há um povo inteiro, sem distinção de credo, sem separação da fé sem estanques departamentos».

Informada, pelo sacerdote de Palmeira dos Índios, de que já não há nos Estados Unidos nenhuma divisão entre católicos, protestantes e materialistas e muito menos uma divisão, um tanto cruel, entre brancos e pretos, milionários e desempregados, a Câmara passou a ouvir outro apóstolo da Verdade, o piedoso sr. Carlos Lacerda. No Dia Nacional (americano de Ação de Graças, o Corvo, todo arrepiado, inventou de bico em riste contra certas figuras do situacionismo, disse que «uma espécie de demônio côxo» aconselha o Presidente da República. Afirmou, que no Brasil acaba de ser declarada guerra à liberdade. Que existe no País «um estranho conceito de nacionalismo deformado» e que o risinho sr. Juscelino Kubitschek precisa «defender-se, para defender a Nação».

Ora graças!

ERA ESPERADA A OFENSIVA CONTRA A PETROBRÁS

«O tão esperado ataque à Petrobrás desencadeou-se na semana passada, no Rio, enquanto os defensores da YPF, na Argentina, faziam sua última resistência aos contratos petrolíferos negociados por Frondizi» — com estas palavras se inicia o último número de 22 de novembro da «Hanson's Latin American Letter», boletim editado nos Estados Unidos refletindo a orientação direta dos grandes monopólios norte-americanos.

O boletim revela por completo a sinistra trama urdida pelos trustes petrolíferos ianques e seus agentes em nosso país visando liquidar a Petrobrás e entregar à Standard Oil o petróleo brasileiro. A «Hanson's Latin American Letter» põe a descoberto, sem

qualquer artifício, a ofensiva dos trustes e dos entreguistas contra o monopólio estatal do petróleo — ofensiva com a qual se relaciona a atual campanha de descrédito desencadeada por certos, seto-

res contra a Petrobrás, a pretexto de correção de erros cometidos pela direção dessa empresa.

Trata-se, como se vê, de um documento de suma gravidade, diante de cujas revela-

ções os patriotas brasileiros, de fora e de dentro do governo, estão chamados a redobrar a sua vigilância e a sua ação a fim de preservar os mais altos interesses nacionais.

«Ataque interno à Petrobrás»

Transcrevemos na íntegra um trecho do boletim: «Estão os homens de negócio preparados a arriscar todos os investimentos não-petrolíferos no Brasil e a maior possibilidade de negócios do hemisfério, exercendo uma pressão como a que foi feita na Argentina?»

«Há muito que se esperava no Brasil um ataque interno à Petrobrás, em uma das duas formas: (1) ou um ataque pessoal a seu diretor, chamando-o de «imperialista» ou (2) um ataque mais generalizado procurando dar ênfase a um conflito entre os elementos políticos do país, e introduzindo a profusão de críticas que é sempre possível quando uma entidade é encarregada de uma função tão importante e possui tão poucos recursos para realizá-la.

«A demanda para a demissão do diretor da Petrobrás, que veio do Conselho Nacional do Petróleo, não foi portanto inesperada.

«O conflito, no Brasil, veio no momento em que a pressão para acordos como o da Argentina está aumentando devido à apreciação do fato que (1) o Brasil está entrando na era da expansão petrolífera de amplas proporções; (2) a linha definida de pensamento de Washington é criar entidades financeiras que serão autorizadas a auxiliar financeiramente as entidades petrolíferas oficiais, e o clima intelectual do auxílio exterior («o pensamento político de fazer o bem») move-se em direção ao financiamento oficial para as entidades petrolíferas latinas; e (3) a situação econômica brasileira deteriorou tanto que em breve será impossível subordinar o interesse dos EE. UU. aos dos amigos dos funcionários americanos exercendo o tráfico de concessões petrolíferas.

Um dos indícios mais sérios e auspiciosos das enormes possibilidades de desenvolvimento da nossa cultura é o que nos oferece a crescente descentralização do movimento editorial brasileiro. São Paulo desde muito corre parrelha e sob certos aspectos já ultrapassa o Rio. Porto Alegre realizou grande avanço, embora tenha diminuído a marcha, ultimamente. Mais recentes são as casas editoras mantidas em Belo Horizonte e na Bahia, mas em ambas as capitais verifica-se considerável impulso para a frente, cada qual com as suas próprias características. Recife, Fortaleza, Curitiba, onde a atividade literária e científica aumenta de importância a olhos vistos, não possuem entretanto um movimento editorial em correspondência com essa importância. Isto para só falar de alguns dos principais centros culturais do país.

A propósito, deve-se destacar o exemplo da Bahia, que está rapidamente se convertendo em centro universitário dos mais promissores. Sem a menor intenção de publicidade comercial, antes com o objetivo único de aplaudir o que merece aplauso, desejo mencionar a casa editorial dirigida pelo prof. Pinto de Aguiar, cuja programação obedece a inegável critério cultural — e que se desenvolve com audácia e tenacidade.

Basta percorrer o seu catálogo de obras já publicadas e as que são anunciadas, umas e outras enquadradas em coleções sistemáticas, para se avaliar o que significa a sua contribuição ao progresso da indústria nacional do livro. História, sociologia, economia, direito, política, filosofia, filologia, folclore, biografia, ensaio, estudos brasileiros, estudos regionais baianos, romances, poesia, etc — em cada um desses setores multiplicam-se os títulos de obras originais e traduzidas, inclusive reedições de livros esgotados. Há ainda a assinalar a sua apresentação gráfica, que melhora de edição para edição.

Nem tudo será bom nessas coleções, mas a média é boa, o que quer dizer que há nelas muita coisa excelente. Para não ficar em generalidades, citarei na coleção Ensaístas Americanos, a recente publicação do famoso livro Ariel, do pensador uru-

NOTAS sobre LIVROS

* ASTROJILDO PEREIRA *

guão Enri- que Rodó, pioneiro lustrar na luta pela afirmação de uma

consciência hispano-americana independente de interesses econômicos e injunções políticas estrangeiras. É um dos livros mais significativos da literatura ant imperialista produzida na América Latina.

Pinto de Aguiar, professor da Universidade da Bahia, que a essa função alia a de escritor e editor, é autor de vários volumes de ensaios e documentários, além de numerosas traduções de livros os mais diversos. É um grande trabalhador, que acredita na eficácia do livro como instrumento primordial na luta pelo progresso e pela cultura do país. Ainda agora acaba de reeditar um ensaio, Função Dinâmica das Bibliotecas, prefaciado por Eugênio Gomes. Estou em radical discordância com certos conceitos emitidos pelo autor, — quando fala, por exemplo, em diretivas culturais «totalitárias», fórmula que se presta a incorretas e desastrosas generalizações, — mas não me custa manifestar plena concordância com os objetivos fundamentais que deve orientar o funcionamento das bibliotecas públicas, a serviço da democratização da cultura. Suas opiniões sobre os métodos exigidos para a realização de tais objetivos podem ser discutidas sob um ou outro aspecto, mas suas conclusões práticas merecem apoio de quantos se interessam pelo desenvolvimento da cultura em benefício das massas populares.

Muito interessante neste pequeno volume é o histórico da velha biblioteca pública da Bahia, vítima no passado de incriveis vicissitudes, inclusive incendiado ateador por bombardeios navais, crime de uma política desenfreada, vergonha da história republicana.

«A luta pela cultura é hoje tão intensa quanto a luta pelo pão» — escreveu Pinto de Aguiar. É certo, e é certo porque hoje as massas populares compreendem cada vez mais que o seu acesso aos benefícios da cultura é um direito líquido, tanto quanto o direito ao trabalho pelo ganha-pão. Ganha-pão, ganha cultura: luta simultânea, convergente, inseparável. Pão e rosas — como dizia Marx.

Êxitos dos Partidos Comunistas

A força e a autoridade dos Partidos Comunistas foram postas à prova este ano nas eleições ao parlamento numa série de países capitalistas. Uma grande vitória eleitoral foi alcançada pelo Partido Comunista da Itália. Atacaram-no, caluniaram-no todos os partidos burgueses e pequeno-burgueses — dos fascistas e monarquistas até os social-democratas. No entanto, apesar da feroz campanha anticomunista, apesar da falsificação das eleições, o Partido Comunista da Itália obteve mais de uma quinta parte de todos os votos e suas fileiras foram reforçadas com mais de 100 mil novos membros. A União Democrática do Povo, da Finlândia, cuja força básica é formada pelo Partido Comunista, foi nas eleições o partido majoritário. A bancada democrata-popular é a maior do «Seim» (parlamento) da Finlândia. O Partido Comunista do Japão recebeu maior número de votos do que nas eleições anteriores. As forças de esquerda da Grécia tiveram grandes êxitos eleitorais.

«Cresce incessantemente a influência do Partido Comunista da Índia. Depois das Conferências de Moscou (*) nele ingressaram mais de 70 mil pessoas. Há mais de ano e meio o Estado de Kerala tem um governo encabeçado pelos comunistas...

«Usufruí grande autoridade entre as massas populares o Partido Comunista da Indonésia. Os comunistas indonésios revelaram-se heróis na luta contra os sublevados contra-revolucionários. O PC dirigiu-se a todos os trabalhadores conciliando-os a fortalecer a unidade nacional e a unificar as fileiras da classe operária, a fim de esmagar a insurreição interna, repelir a intervenção estrangeira, defender a unidade da República da Indonésia, liquidar a atividade dos elementos subversivos internos e pôr termo finalmente à influência holandesa no país. Os comunistas formaram nas primeiras filas dos combatentes contra os sublevados contra-revolucionários. Centenas de comunistas tombaram valorosamente em defesa da República. Os comunistas são alvo de enorme respeito das massas populares. Nas eleições aos órgãos locais, em 1957-58, o Partido Comunista indonésio obteve mais de dois milhões de votos mais do que nas eleições parlamentares de 1955». (Trecho de um artigo de B. Ponomarióv, na revista «Communist», de Moscou, de outubro de 1958 (nº 15).

(*) — O autor do artigo se refere às Conferências de Partidos Comunistas e Operários que tiveram lugar em Moscou, em outubro de 1957.

«Em outras palavras, há um espírito de «agora ou nunca» crescendo com respeito à pressão sobre o Brasil para que mude sua política financeira seguindo a de Perón e Frondizi.»

«Antes que seja tarde»

Em outro trecho, o boletim da «Hanson's Latin American Letter», depois de se referir à política de financiamentos internacionais dos Estados Unidos, afirma textualmente: «Isto explica a urgência com que está sendo aplicada a pressão sobre o Brasil para que ceda com respeito à sua entidade petrolífera, antes que seja tarde demais.»

Aspecto da ofensiva

Eis alguns aspectos da atual ofensiva contra a Petrobrás, dirigida como deixa claro a publicação americana, pelos trustes petrolíferos:

- a) a chamada «denúncia» do coronel Alexínio Bittencourt contra o cel. Janari Nunes e na qual o presidente do CNP sugere uma «revisão» da política petrolífera;
- b) a campanha desencadeada por jornais como o «Correio da Manhã», o «Globo», a «Tribuna de Imprensa» e o «Estado de São Paulo» — jornais ostensivamente entreguistas — contra a Petrobrás;
- c) a recente vinda ao nosso país de Nelson Rockefeller, presidente da Standard Oil, e a viagem aos Estados Unidos

dos srs. Lucas Lopes e Roberto Campos, cujas ligações com os monopólios americanos são bem conhecidas.

«A Petrobrás é intocável»

A confissão da ofensiva imperialista contra a Petrobrás mostra quanto é necessário às forças nacionalistas, tanto as de fora como as de dentro do governo, intensificar a sua ação em defesa dos interesses do Brasil, repelindo as ameaças que pesam sobre o monopólio estatal do petróleo e lutando, mais do que nunca, por uma política consequentemente nacionalista, que coloque o nosso país a salvo dos assaltos tramados pelos trustes americanos e seus agentes, os entreguistas.

VIDA ECONÔMICA FIM MELANCOLÍCO DE UM INQUÉRITO?

Parece chegar a um fim melancólico o inquérito parlamentar para apurar as denúncias contra a orientação antinacional que o sr. Renato Feio vem imprimindo à frente da Rede Ferroviária Federal. Em dias desta semana, o deputado José Pedroso apresentou àquela comissão o seu relatório onde conclui pela falta de fundamento das acusações e propõe o arquivamento do processo. Não se conformaram, porém, com isto os demais membros da comissão, o que parece indicar que o assunto não será encerrado assim tão facilmente como desejam o sr. Feio e os trustes que o sustentam.

Na verdade, em todos os seus depoimentos perante a comissão parlamentar de inquérito e na enxurrada de matérias pagas distribuída pela imprensa mescas seguidas, o sr. Renato Feio não conseguiu provar a inconsistência das acusações que lhe foram formuladas. Sua propaganda incoerente é muito duvidosa. Os fatos aí citados levados ao conhecimento da opinião pública por dirigentes das empresas nacionais de material ferroviário e por numerosas comissões de dirigentes sindicais que investigaram o assunto. Por isso mesmo, todo o esforço do sr. Renato Feio perante a comissão de inquérito, e de sua máquina de propaganda perante a opinião pública, tem sido orientado no sentido de justificar e dar cobertura legal aos seus atos, na impossibilidade de negá-los.

Quais os fatos? A frente da Rede Ferroviária Federal, o sr. Feio importou alguns milhares de vagões e car-

ros de passageiros, além de centenas de toneladas de peças destinadas ao sistema ferroviário brasileiro, quando tudo isto é fabricado no Brasil e poderia ser fornecido à Rede por empresas nacionais em condições muito mais vantajosas. Além disso, numerosas e vultosas compras feitas pelo sr. Feio nos Estados Unidos, o foram sem a necessária concorrência, enquanto que no âmbito interno o sr. Feio tem revelado injustificável preferência pela Mafersa, subsidiária do truste americano The Budd Company, e da qual ele é ou era acionista. Com essas transações, representando dezenas de milhões de dólares, o sr. Feio golpeou profundamente a indústria similar nacional e agravou ainda mais as dificuldades do nosso balanço de pagamentos. As fábricas nacionais trabalham muito aquém de sua capacidade, por falta de encomendas, centenas de operários são jogados ao desemprego, como na Santa Matilde, em Lafrieta, enquanto outras adaptam suas instalações para produzirem material para a indústria automobilística.

Defende-se o sr. Renato Feio dizendo que a lei não obriga à abertura de concorrência e que as encomendas feitas nos Estados Unidos o foram com pleno conhecimento do governo, através de seus órgãos técnicos como a Cacex, Sumoc e Banco Nacional de Desenvolvimento. E quanto a Mafersa, bem, ela é a única empresa que no Brasil está aparelhada para construir carros de aço inoxidável, cujos preços são 17 vezes maiores do que os outros... Por fim, como os defensores do truste ianque

American Can Co., o sr. Renato Feio atribui toda essa onda contra os seus atos a nacionalistas à existência no país de um truste de material ferroviário, encabeçado pela Cobrasma e Fábrica Nacional de Vagões...

Argumentos inconsistentes e que se desfazem por si mesmos. Nem a pretensa existência no país de um truste de material ferroviário, e muito menos o fato de o governo apoiar aqueles atos, justificam as encomendas feitas nos Estados Unidos pelo sr. Renato Feio, em condições tão desvantajosas para o nosso país e com tanto prejuízo para as empresas aqui existentes. A revelação, agora oficialmente feita, de que o governo tinha conhecimento e chancelou aquelas encomendas, serve apenas para comprovar a influência que ainda exerce no seio desse mesmo governo, a corrente entreguista que dele faz parte, ao tempo em que representa mais uma advertência à opinião pública brasileira.

Assunto de tamanha gravidade não pode ser encerrado assim tão melancolicamente como deseja o deputado José Pedroso, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito. As forças nacionalistas devem prosseguir em sua luta exigindo um paradelo nessa política contrária ao desenvolvimento independente de nosso país, apuração das responsabilidades e a punição dos culpados. A frente de empresas como a Rede Ferroviária Federal devem ser colocados técnicos capazes e perfeitamente entrosados com a orientação nacionalista que deve ser imprimida ao desenvolvimento da economia nacional.

COFAP: FALTA COMANDO PARA A BATALHA CONTRA A CARESTIA

questão ABERTA

JOÃO ANTÔNIO

Reportagem de Luiz GHILLARDINI

Na recente visita feita pelos líderes sindicais ao Presidente da República, assim, como através de outras manifestações, os trabalhadores brasileiros expressaram o seu apoio às recentes medidas adotadas pelo governo, congelando os preços de alguns gêneros alimentícios e proibindo novos aumentos de tarifas dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, as entidades operárias fizeram ver ao sr. Juscelino Kubitschek a necessidade de serem adotadas com urgência outras pro-

A COFAP NÃO ESTÁ EM CONDIÇÕES

O órgão oficial incumbido de assegurar o abastecimento e controlar os preços é a COFAP, que através das COAPs e COMAPs se ramifica pelo país como um aparelho do poder público com autoridade para intervir no domínio econômico e impedir manobras altistas e de especulação contra a massa de consumidores. A COFAP existe desde 1951, criada pela lei nº 1522, de acordo com o artigo 146 da Constituição Federal. A lei que instituiu a COFAP assegura-lhe amplos poderes: intervir na compra, distribuição e venda de gêneros, fixar preços, controlar o abastecimento, inclusive desapropriando bens ou requisitando serviços, sempre que se exigir o interesse social.

É evidente que isso ape-

nas não é suficiente para conter a carestia de vida e assegurar o abastecimento da população. O problema é complexo e envolve aspectos fundamentais da política econômica-financeira do governo. Mas não se pode, por outro lado, pôr em dúvida a necessidade e a importância das medidas destinadas a conter a especulação e freiar as manobras altistas que tornam ainda mais difícil a vida do povo.

Decorre daí a responsabilidade de que esta investida a COFAP.

A verdade, entretanto, é que esse órgão não se acha em condições de cumprir as tarefas que lhe cabem por lei e para cujo cumprimento dispõe de vultosas dotações orçamentárias.

vidências a fim de que aquelas medidas possam resultar, de fato, em algo de útil para o povo. Numerosas sugestões nesse sentido estão contidas nos memoriais que a delegação de dirigentes sindicais entregou ao Presidente da República.

Entre essas sugestões, há as que se referem à necessidade de um órgão controlador que esteja realmente à altura de cumprir essa difícil missão.

representante para cada setor das classes conservadoras — indústria, comércio, lavoura, pecuária e cooperativas de produção; um para cada uma das seguintes instituições governamentais — Ministérios da Fazenda, Agricultura e Viação, Banco do Brasil, Prefeitura do Distri-



Cel. MINDELLO

to Federal e das forças armadas; um representante da imprensa, designado pela ABL, e um dos economistas.

Predominam, portanto, de modo esmagador, os representantes das classes conservadoras (de modo geral, interessados em preços mais altos), e do governo. Assinala-se que os delegados das repartições governamentais não têm nenhuma estabilidade, sendo demissíveis "ad nutum" pelo Presidente da República. No plenário da COFAP só os consumidores — os maiores interessados numa justa política de abastecimento e preços — não têm voz.

Não pode surpreender, portanto, a inoperância da COFAP. E o pior do que a inoperância, a sua costumeira parcialidade contra os consumidores. Últimamente, a COFAP interveio na COAP de São Paulo quando esta discutia o problema dos preços da carne. A Comissão paulis-

ta havia tabelado os preços da alcatra, lagarto e patinho a 49 cruzeiros, acém a 30 e peito a 23. O órgão federal interveio então, derrubando esse tabelamento e estabelecendo novos preços, sensivelmente mais altos: 56, 50, .. 36,50 e 31,50 respectivamente.

A modificação da estrutura da COFAP é uma exigência dos trabalhadores e outras camadas populares que o governo, para enfrentar o problema da carestia, não pode continuar desatendendo. O memorial dos trabalhadores de São Paulo a JK insiste nesse ponto. Congressos e conferências sindicais, realizados em vários Estados, têm levantado essa justíssima reivindicação. Essa alteração deve ser realizada através da inclusão de representantes dos consumidores no plenário da COFAP, o que poderá fazer com a designação de um representante para cada grupo profissional, além de delegados das donas de casa, estudantes, etc. É indispensável, também, assegurar a necessária estabilidade às representações, a fim de que tenham garantida a sua independência de ação.

APARELHAR A COFAP NACIONALMENTE

Essas modificações, no entanto, não serão suficientes para dar à COFAP a operatividade que hoje lhe falta. O órgão federal de preços precisa ser aparelhado seriamente em todo o país. É claro que isso depende, em grande parte, do interesse com que o seu presidente e o Conselho — estabelecidos sobre novas bases — encarem a questão. Mas isso é um problema que, pela sua importância, deve estar afetado diretamente à Presidência da República.

Sabe-se o que é o deplorável aparelho da COFAP. Nos Estados, as Comissões funcionam a mais precarissimamente, faltando-lhes assistência e meios de ação. E quanto aos municípios, a realidade é es-

Uma das mais eminentes figuras do golpismo mara é o sr. Tenório Cavalcanti. A fúria oratória e lente representante de Caxias, por vezes, ameaça empurrar o brilho de seus líderes Afonso Arinos e Carlos Lacerda. Durante a última semana o termômetro andou beirando os 40 graus à sombra e o sr. Tenório Cavalcanti ficou impossível. O verão carioca é penoso para Sua Excelência, que usa pesados jaquetões, colete de casimira e colete da aço. Além disso carrega na cintura o peso de um 38 somado ao de um 45, refêro da Ludinha, que fica no Cadillac, por baixo de capa do fôrro vermelho.

Inquieto em face da alta temperatura, o destacado prócer udenista por várias vezes subiu à tribuna, para desabafar.

Que tem dito nesses discursos o herói de Caxias? Seleccionemos, a título de curiosidade literária, alguma coisa do festejado autor:

"Sou um homem que tem levado mais de duas décadas lutando pela Liberdade, pelo Direito e pela Justiça. Trago no meu corpo 47 cicatrizes de balas, todas elas recebidas nas lutas homéricas, nas batalhas das ruas, na defesa do povo".

Acusou, o sr. Tenório, o ministro da Guerra, num de seus discursos, de ter mandado que fizesse do Exército "despejassem em minha residência (de Tenório) durante 11 dias cerca de 600 famílias, em promiscuidade com a minha própria família".

Eis como o sr. Tenório se refere à sua geração: "Homem como eu mata-se mas não se humilha. Descendo de uma geração que prefere ser carregada de padiola a ser carregada pela humilhação".

Tendo anotado em seu caderninho de erudição frases ou supostas frases de Ruy, Voltaire, Montaigne, Montesquieu e outras vítimas, mostrou-se em alguns de seus últimos discursos bastante filosófico. Escutemo-lo: "A palavra é o veículo de Deus colocado ao alcance do representante do povo". O representante do povo, como se sabe, é o próprio Tenório. "A palavra é o farol que ilumina os que se embrenham no cipó da confusão ou a luz que clareia o caminho dos que andam embaraçados no labirinto da vida".

Aspectos picantes da vida de Ruy foram revelados no plenário da Câmara pelo filho ilustre de Quebrangulo. "Certa feita, disse Tenório, passando Ruy Barbosa na avenida Central, ao lado de uma dama, apresentou a Pinheiro Machado com as seguintes expressões: "Apresento aqui nossa colega". E Pinheiro: "Também é senadora?". Ruy respondeu: "Não, também é pública". O exemplo de Ruy, disse Ruy mulherengo até agora desconhecido, destinava-se, no discurso, a verberar a falta de compostura dos parlamentares. Por isso o orador exclamaria, pouco adiante: "E com o coração soluçando, com a alma esfarrapada, que oço um deputado dizer: "Depois de gastar 30 milhões não conseguiu eleger-me". Ah! Sr. Presidente, fico a sentir uma espécie de flúido na minha espinha dorsal".

Tenório, porém, acredita que todas essas desgraças desaparecerão por encanto, com o parlamentarismo: "Só há uma solução. E o deputado Eaul Pilla, honrando-nos a esta hora da madrugada (sessão noturna) com sua atenção e com sua simpatia, já entreabre os lábios prelibando o suavíssimo perfume, ao prever minhas conclusões. A salvação está no sistema parlamentarista".

ta: não existem Comissões de Preços. De sorte que medidas como as recém-tomadas pelo governo federal correm o sério risco de ficar no papel inclusive devido à inexistência de um órgão oficial em condições de levá-las à prática em todo o país.

Só uma entidade estruturada em bases sérias e devidamente aparelhada do ponto-de-vista técnico e material terá a possibilidade de asse-

gurar o cumprimento — como exige o povo — das recentes medidas adotadas pelo governo contra a carestia de vida. Estará em condições, inclusive, de estender o congelamento, como é imprescindível, às fontes de produção e ao comércio atacadista.

POR QUE IMPORTAR GÊNEROS?

Entre as medidas anunciadas como possíveis pelo Pre- (CONCLUI NA PÁG. 11)

O CEL. MINDELLO É DO CONTRA

Antes de mais nada, encontra-se à frente da COFAP um homem que, além de não ser um especialista na matéria, é frontalmente contrário às próprias teses que justificam a existência do órgão que preside. Por várias vezes o coronel Frederico Mindello tem se declarado em franca oposição a quaisquer medidas através das quais o Estado intervenha na vida econômica. Agora mesmo, enquanto o Presidente da República anunciava o congelamento do preço de alguns gêneros e insistia em que essa decisão se levasse imediatamente à prática, o cel. Mindello pedia um prazo de 15 dias para dar início à sua execução, não deixando de acrescentar que não tinha nenhuma confiança nos seus resultados práticos. Vemo-nos, assim, diante de uma situação curiosa: o homem responsável pelo congelamento é contra o congelamento.

Além disso, o cel. Mindello não acredita seriamente na existência da carestia no Brasil. Ainda recentemente, ao chegar de uma viagem ao exterior, lançou verdadeiros insultos ao nosso povo, chegando ao cúmulo de afirmar que, em matéria de preços, o Brasil é um paraíso, e que em nenhum outro país se vive melhor.

Eis aí o homem a quem está entregue a luta contra a carestia; um adversário do congelamento, para quem os preços ainda podem subir muito mais em nosso país.

MODIFICAR A COMPOSIÇÃO DA COFAP

O que está errado na COFAP não é apenas o seu presidente, embora isso já seja muito. Há um outro problema que exige também uma solução radical. Trata-se da com-

posição do plenário da COFAP onde, por absurdo que pareça, não existe um único representante dos consumidores. É o que se pode imaginar de antidemocrático.

É a seguinte a composição do plenário da COFAP: um

Em meu artigo anterior, de 15 de novembro, descrevi o panorama político argentino no momento em que chegava ao auge a tensão entre os grupos rivais. A luta desses grupos pelo poder ameaçava passar ao terreno das armas. Ao mesmo tempo, porém, assinalávamos a ação do imperialismo norte-americano no sentido de tirar vantagens da situação e de, através de sua Embaixada, atuar como "mediador" entre os grupos rivais, de acordo com os interesses comuns.

Os fatos confirmaram imediatamente a importância desta última ação. Em meio da tormenta pareceu sair o sol. Em poucas horas o ambiente externo se acalmou. A crise está "superando-se" rapidamente, afirmam no Palácio presidencial; o vice-presidente Gomez renunciara; os "gorilas" não darão o golpe de Estado. É o que confessa elemento ligado ao próprio governo. Como podia este saber com tanta rapidez o que se passava no campo adversário? A explicação foi dada por ele mesmo: não há golpe de Estado para não perturbar os contratos petrolíferos. É evidente, pois, que o interesse lanque havia sido um dos principais fatores da "superação".

Como dissemos no artigo anterior, no dia 14 Frondizi, em meio à maior tensão e sob o ruído das armas, aceitou totalmente as exigências do Fundo Monetário Internacional. Os contratos petrolíferos não serão modificados. E a isso se acrescenta:

A SITUAÇÃO ATUAL DA CRISE ARGENTINA

ERNESTO GIUDICI

(Membro do Comitê Central do PC da Argentina e redator-chefe do diário "La Hora")

Especial para "VOZ OPERARIA"

desvalorização do peso e supressão do câmbio oficial, com o qual os importadores lanques obterão mais pesos no mercado livre de câmbios por seus dólares, ganharão mais por seus produtos e pagarão menos pelos nossos; livre importação dos produtos norte-americanos e comércio exterior controlado pela área do dólar; aumento dos preços no mercado interno e congelamento dos salários; desemprego e fome. Este era o preço de um empréstimo cujo montante não foi fixado.

Nesse mesmo dia — 15 de novembro — Frondizi havia recebido o embaixador norte-americano em sua residência de Olivos. Com razão deram por terminada, em Washington, à noite do dia 15, a crise argentina e se comentou com euforia que o dr. Frondizi havia saído "fortalecido". Em seguida, porém, reconheceram também que a resistência à política econômico-financeira do governo era muito grande no seio do povo argentino.

A partir desse momento, tudo pareceu

centralizar-se no incidente Frondizi-Gomez. Já não restava dúvida de que se desejava ocultar a questão fundamental com diversionismo político de menor importância. O jogo dos grupos e subgrupos prosseguiu. Ao que já mencionamos, acrescentamos que o ministro do Interior, dr. Vitolo, erigido à posição de "homem forte" durante os acontecimentos, parece concordar no Drago Verde com o coronel Raimundez; frente a este grupo há outro, no qual figuraria o ministro de Saúde Pública, dr. Noblia, que trata de agarrar-se à política de Frigério desde o bloco de deputados e de enfrentar o binômio Raimundez-Vitolo. Outro grupo — Circulo Azul — com homens das três armas, estaria sendo organizado. Gomez, que havia resistido à renúncia reclamando o julgamento político pelo Congresso, termina renunciando a seu cargo.

Este é um lado da crise política; ali atuou em parte, com aparente bom resultado, a mediação lanque. Isto não impede que prossigam as contradições internas, en-

tre elas as que existem entre lanques e ingleses; e ainda entre os próprios grupos petrolíferos norte-americanos.

O que realmente importa é a solução popular e democrática da crise. A classe operária desempenhou um grande papel contra qualquer golpe de Estado. Foi suspensa a greve petrolífera para não dar pretextos nem favorecer indiretamente os golpistas. A "legalidade" foi salva; não houve mudanças violentas. Isto, porém, é apenas um lado da questão. O governo se apoia cada vez mais na força militar e depende cada vez mais das rivalidades entre os grupos militares. Por trás das soluções formais, a crise prossegue. As novas concessões ao imperialismo lanque agravam-na. É que o fundamental continua sendo a virada de 180 graus que o governo deu sobre o programa votado pelo povo a 23 de fevereiro deste ano (data das eleições presidenciais em que Frondizi foi eleito).

O descontentamento operário e popular aumenta ante o não cumprimento desse programa. Como consequência da solução norte-americana da crise, anuncia-se uma grande elevação no custo da vida e dias piores para os setores modestos da população. O imperialismo exigirá mais. Mais forte, porém, é a luta do povo argentino por suas reivindicações, pela democracia e a independência econômica nacional.

O reagrupamento de forças será cada vez mais favorável a essa luta.

JK E O ITAMARATI RECONHECEM:

VANTAJOSO PARA O BRASIL O AUXÍLIO DA UNIÃO SOVIÉTICA

Duas manifestações oficiais, nas últimas semanas, vieram trazer para a opinião pública novos elementos positivos referentes à questão da normalização das relações com a União Soviética e os demais países socialistas. É certo que ambas as manifestações — o discurso do sr. Augusto Frederico Schmidt em Washington e o sr. Juscelino Kubitschek na Escola Superior de Guerra — se realizaram nos quadros da chamada Operação Pan-Americana e, por isto, encerram um sentido de chantagem, visando a alcançar do governo norte-americano a concessão de créditos, que hoje são reclamados pelo governo brasileiro para aliviar o balanço

de pagamentos do nosso país. O reatamento de relações com a União Soviética — cotado por enquanto só no plano das trocas comerciais — ainda é colocado como alternativa para o caso dos Estados Unidos não concederem a «ajuda» pleiteada.

Esta postulação do reatamento como alternativa foi repelida quase por todos os setores da opinião pública. Os adversários do reatamento consideraram que isto representava inadmissível «pressões» sobre o grande aliado do Norte, método diplomático pouco digno, etc. Os partidários do reatamento, por sua vez, argumentaram, com justa razão, que as relações com a União Soviética não podiam ser encaradas, em nenhuma hipótese, como alternativa em face de tal ou qual estado de coisas nas relações com os Estados Unidos. Os contactos normais, quer económicos como diplomáticos, com

a União Soviética, já constituem uma imposição inadiável do próprio desenvolvimento do nosso país, de sua marcha para a completa emancipação. As relações com a URSS não podem depender das concessões que venham a fazer os Estados Unidos.

Apesar, porém, deste sentimento de manobra dentro dos quadros conciliadores da OPA, os discursos de Schmidt e do presidente da República vieram contribuir para estimular os esforços daqueles que, dentro e fora do governo, se empenham no estabelecimento de relações com o leste socialista.

As Vantagens do Auxílio Soviético

Discursando diante de altas patentes das forças armadas e de personalidades civis que cursam a Escola Superior de Guerra, o sr. Juscelino Kubitschek reconheceu abertamente as vantagens que os países subdesenvolvidos encontram no auxílio soviético. Afirmando que os países socialistas apresentam um ritmo de desenvolvimento maior do que os ocidentais, declarou o presidente que os créditos da URSS aos países subdesenvolvidos (entende-se que se trata somente de países do mundo capitalista) tinham passado de zero em 1954 para 1,6 bilhões de dólares em 1957.

Disse ainda JK: «Além do seu volume crescente, o tipo de auxílio soviético tem sido de molde a atrair a simpatia dos países

subdesenvolvidos. Caracteriza-se ele em geral pela concessão de vultosos empréstimos, a juros moderados, amortizáveis em mercadorias do país devedor. Contornam, assim, o problema de divisas e fornecem muitas vezes possibilidades de escoamento para produtos agrícolas de difícil colocação no mercado internacional. Esta situação põe, muitas vezes, o Ocidente na posição de competidor do país que deveria auxiliar, enquanto os países do bloco comunista surgem como compradores providenciais de produtos gravosos.»

Depois de uma afirmação tão categórica, na situação de dificuldades em que se encontra o país, por que ainda retardar o governo o reatamento de relações com a URSS?

Na base das tendências médias mais prováveis de crescimento da população e da produção de bens económicos, prevê o Itamarati que os países do Mercado Comum Europeu aumentarão em conjunto a sua renda bruta nacional de 136,2 bilhões de dólares, em 1957, para 349,2 bilhões em 1980. A renda bruta per capita passará de 817 dólares anuais em 1957 para 1.513 em 1980. (O Mercado Comum Europeu abrange Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo).

Quanto aos Estados Unidos, as previsões do Itamarati são as seguintes:

	1957	1980
Produto Nacional Bruto (em bilhões de dólares)	433,8	957,8
Renda Bruta per capita (em dólares)	2.433,4	3.811,9

Eis finalmente as previsões no que se refere à União Soviética:

	1957	1980
Produto Nacional Bruto (em bilhões de dólares)	175,0	1.567,0
Renda bruta per capita (em dólares)	822,9	5.612,5

Previsões Sobre o Futuro da Economia Mundial

O sr. Augusto Frederico Schmidt desenvolveu toda uma argumentação baseada em estudos económicos do Itamarati.

Estes estudos autorizam a afirmar que já em 1972 o produto nacional bruto da URSS excederá o dos Estados Unidos e que esta superioridade, em 1980, terá uma

larga margem, tornando a URSS a maior potência económica mundial.

Despertou grande interesse e teve ampla repercussão a conferência anunciada sábado, 29 de novembro, pelo embaixador Oswaldo Aranha, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O salão de palestras do ISEB está completamente lotado e numerosas pessoas aglomeram-se no pátio externo, onde funcionavam alto-falantes. Além de uma longa e documentada exposição, o ministro do Exterior e da Fazenda respondeu a muitas perguntas, estabelecendo verdadeira diálogo com os assistentes. Esta era formada pelos membros dos problemas brasileiros, que atualmente têm uma atenção despertada para os debates que se travam em torno da chamada «Operação Pan-Americana» (OPA).

Este foi o tema da palestra do sr. Oswaldo Aranha.

Baseando-se em estudos realizados pelo Itamarati, na sua análise da evolução da economia mundial, concluem que a URSS será a maior unidade económica do mundo em 1980 e afirmam o seguinte:

«Será impossível ignorar o impacto económico da União Soviética no resto do mundo subdesenvolvido. Sempre que, em futuro próximo, por uma razão ou por outra, a União Soviética resolver ajudar o desenvolvimento de qualquer país subdesenvolvido, por maior que seja o mesmo, poderá fazê-lo com uma riqueza de recursos e com uma liberdade de métodos capaz de obter o máximo de resultados num mínimo de tempo, provocando modificações radicais (o que já vai acontecendo na China Continental, tão pouco tempo depois dos conflitos revolucionários chineses e destruições de guerra na própria Rússia, devendo servir para abrir os olhos dos incredulos). A capacidade soviética de alterar a feição económica do mundo será, em 1980, numerosas vezes maior do que a dos Estados Unidos da América nos últimos anos, através da ajuda à Europa e os programas de assistência técnica. Na medida em que diferentes países progredirem, quer sob o regime de planificação centralizada, quer meramente sob o impacto da assistência soviética, será necessário adaptar-se o Brasil a essas modificações e crescimentos, encontrando meios de cooperar com os mesmos tendo em vista a necessidade de acelerar o seu próprio desenvolvimento. A alternativa será a redução progressiva das oportunidades cada vez mais limitadas de desenvolvimento oferecidas ao país pelo comércio internacional.»

Assim, pois, através do frio e objetivo exame das cifras, reconhece o Itamarati os prejuízos que advirão para o nosso país, se permanecer isolado da União Soviética.

Informam ainda os economistas do Itamarati que as exportações dos países do campo socialista para os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

os países do mundo capitalista passaram de 1,8 bilhões de dólares em 1954 para cerca de 3,2 bilhões em 1957, um aumento, pois, de 80%. O aumento das importações foi no mesmo grau. O comércio total dos países subdesenvolvidos com

O PRIMEIRO LUGAR NO MUNDO QUANTO AO BEM-ESTAR DO POVO

- ★ Sobre uma poderosa base industrial a URSS alcançará os EE. UU. na produção por habitante
- ★ 15 milhões de novos apartamentos e 7 milhões de casas no campo
- ★ A renda nacional da URSS aumentará no septênio de cerca de 65%
- ★ Sem aumento de preços, os salários reais se elevarão de 40%

2a. de uma série de reportagens

Reforçada a base industrial da União Soviética, a produção industrial aumentada em 80 por cento nos próximos sete anos, o país do socialismo poderá dar o mais gigantesco passo no sentido de assegurar o bem-estar do povo.

Esta será uma das grandes realizações do Poder soviético no Plano Septenal, cujas bases acabam de ser anunciadas por N. S. Kruschiov, em seu informe no último Pleno do Comitê Central do PCUS. A URSS, nos seus 41 anos de existência, cumpriu e algumas vezes ultrapassou os seus planos de realizações econômicas e culturais. Não existe portanto qualquer dúvida de que o novo plano também será, como os anteriores, uma magnífica realidade.

PELO BEM-ESTAR DO POVO

O Plano septenal prevê um incremento simultâneo e proporcional de todos os ramos da economia soviética. A base do crescimento da indústria pesada, contando com mais aço, ferro fundido, laminados, máquinas, e, portanto, maior número de fábricas, usinas, centrais elétricas, a URSS pode destinar uma parcela cada vez maior de seu orçamento às indústrias de bens de consumo.

O aumento do bem-estar do povo, dos trabalhadores soviéticos é um dos principais objetivos do novo Plano.

É sabido que os povos soviéticos, nas quatro décadas

contarão com um número crescente de Universidades e estabelecimentos técnicos, a medicina gratuita lhe está assegurada. As comodidades domésticas têm vindo gradativamente, à proporção em que o país se refaz das terríveis perdas da guerra e surgem novas empresas industriais, exploram-se novas minas, abrem-se novas vias de comunicações, os inventos técnicos e os aperfeiçoamentos facilitam a produção, aumentando a produtividade, acumulando a riqueza coletiva.

Por isso, o cidadão soviético olha confiante para o fu-

tem sendo reconstruída e aumentada ultimamente a ritmo intenso. As grandes construções de prédios de apartamentos em Moscou, Lenigrado, Kiev, Stalingrado, Kharkov e outras grandes cidades causam admiração aos estrangeiros que visitam a URSS. É hoje uma construção inteiramente mecanizada, dotada de enormes guindastes, fábricas de cimento armado lançam os blocos pré-fabricados para os edifícios, que podem assim ser levantados em poucos meses. O ritmo da construção de residências na URSS cresceu grandemente a partir de 1954, havendo um plano que prevê a liquidação de falta de habitações dentro de 10 ou 12 anos. Mas somente durante o plano septenal (1959-1965) serão construídos 15 milhões de apartamentos nas cidades e 7 milhões de casas no campo.

Que país do mundo capitalista — mesmo os Estados Unidos, que sugam os frutos do trabalho de muitos povos dependentes — pode prever a eliminação de uma das principais chagas da sociedade burguesa, que é a falta de alojamento para os trabalhadores? No nosso caso, por exemplo, as favelas imundas crescem como cogumelos em torno e mesmo no coração das grandes cidades, com todo o seu cortejo de falta de higiene, verdadeiros focos de doenças, retrato vivo da miséria.

COMODIDADES DOMÉSTICAS

Neste septênio, os soviéticos contarão também com um número muito maior de objetos de uso doméstico destinados a proporcionar-lhes conforto e facilitar os afazeres das donas de casa. Assim, prevê-se que os operários soviéticos

plorar o consumidor com preços exorbitantes.

E se queremos um termo de comparação, basta fazer o cálculo de quantos meses trabalha um operário brasileiro para adquirir uma geladeira, uma máquina de lavar ou um televisor. (Uma televisão, na URSS, custa cerca de 2.000 rublos, ou o correspondente a dois meses de salários de um operário sem qualificação).

OS SALÁRIOS VÃO AUMENTAR

Uma das grandes perspectivas que se abrem diante dos trabalhadores soviéticos durante o plano septenal é o aumento excepcional de seu salário real. Este aumento se efetuará, por um lado, através dos aumentos do salário nominal, e por outro com a baixa de preços, na medida em que cresce a produção de bens de consumo. Segundo a planificação feita, a renda nacional da URSS, durante o septênio, se elevará de 62 a 65% — ritmo jamais alcançado por qualquer outro país no mundo! E, com o crescimento da renda nacional, se elevará o salário real dos operários e dos camponeses das

(CONCLUI NA PÁG. 11)

DICIONÁRIO

Superestrutura da Sociedade —

Enquanto a base da sociedade é constituída pelo conjunto das relações de produção (o sistema econômico), a superestrutura é formada pelo conjunto das concepções políticas, jurídicas, filosóficas, artísticas e religiosas da sociedade e as instituições que lhes correspondem. Quer dizer: se a base serve economicamente à sociedade, a superestrutura serve-lhe através das idéias, concepções e das instituições correspondentes a essas idéias. Nas sociedades divididas em classes antagonicas, enquanto a base assegura a dominação econômica de determinadas classes a superestrutura garante a sua dominação ideológica.

A superestrutura tem sempre um caráter de classe, isto é, as idéias e instituições dominantes em cada formação econômico-social têm por objetivo servir aos interesses das classes que dominam economicamente. Assim, na sociedade capitalista, as idéias filosóficas, o direito burguês, etc., bem como as instituições políticas, particularmente o Estado, existem e atuam em função de preservar os interesses das classes exploradoras. O papel ativo da superestrutura da sociedade capitalista se exerce no sentido de frear e desenvolvimento social, de defender a velha estrutura econômica e impedir, por todos os meios, entre os quais a violência, que as idéias novas, progressistas, sejam difundidas e ganhem adeptos. É bem ilustrativo, nesse sentido, o exemplo da intervenção do Estado nas recentes eleições francesas.

Nas sociedades em que existe o antagonismo de classes, verifica-se no terreno da superestrutura uma luta dia a dia mais aguda entre a ideologia da classe que domina o poder e a ideologia da classe nova, que se desenvolve e luta pelo poder. Nas presentes condições históricas é o que se dá, de um modo geral nos países capitalistas, entre a burguesia e o proletariado. (Evidentemente, é necessário levar em conta aqui as peculiaridades de alguns países, pouco desenvolvidos no sentido capitalista, como o Brasil, e nos quais, em determinada etapa, a contradição fundamental não é entre a burguesia e o proletariado).

As idéias e concepções da classe operária no regime capitalista não constituem, naturalmente, uma superestrutura, mas somente os embriões de uma nova superestrutura, que passará a existir como tal desde o momento em que a classe operária assumirá o poder e seja abolida a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção.

Entre a base e a superestrutura há reciprocidade de ação. Ao contrário do que afirmam os materialistas econômicos (que os caluniosos do marxismo procuram confundir com o materialismo dialético e histórico) a superestrutura não é um reflexo passivo da base, mas atua também sobre ela. Este será o próximo assunto a abordar.

VIVA OS PARTIDOS COMUNISTAS

MORREU MARIA MACHADO

A 4 de outubro último, morreu em Portugal a antiga combatente comunista portuguesa Maria Machado. Maria Machado dedicou os melhores anos de sua vida às lutas da classe operária e do povo português pela libertação social e contra o fascismo. Colaboradora infatigável do bravo periódico português "Avante!", órgão central do PCP, Maria Machado foi presa várias vezes nas oficinas do jornal. Submetida a rigoroso interrogatório pela PIDE (polícia política), Maria Machado comportou-se com bravura perante os algozes salazaristas. Submetida a processo, fez da sua defesa uma acusação ao regime de Salazar. "Voz Operária" presta aqui sua homenagem à memória de Maria Machado, cuja vida é motivo de orgulho para os comunistas portugueses.

Pela liberdade de Cunhal

O órgão central do P.C. português "Avante!" noticia que, depois de ter-se submetido a uma operação cirúrgica, Alvaro Cunhal foi novamente recolhido à penitenciária. O jornal faz um apelo em favor da intensificação da campanha por sua libertação.

A prisão de Cunhal é ilegal. O bravo dirigente comunista português já cumpriu todas as penas que lhe foram impostas pela justiça corrupta de Salazar. Hoje permanece encarcerado sem qualquer novo processo.

Em favor da libertação de Alvaro Cunhal se tem feito uma ampla campanha, tanto em Portugal como em outros países. Há pouco, mais de 700 personalidades da vida política e intelectual francesa reclamaram de Salazar a liberdade de Cunhal.

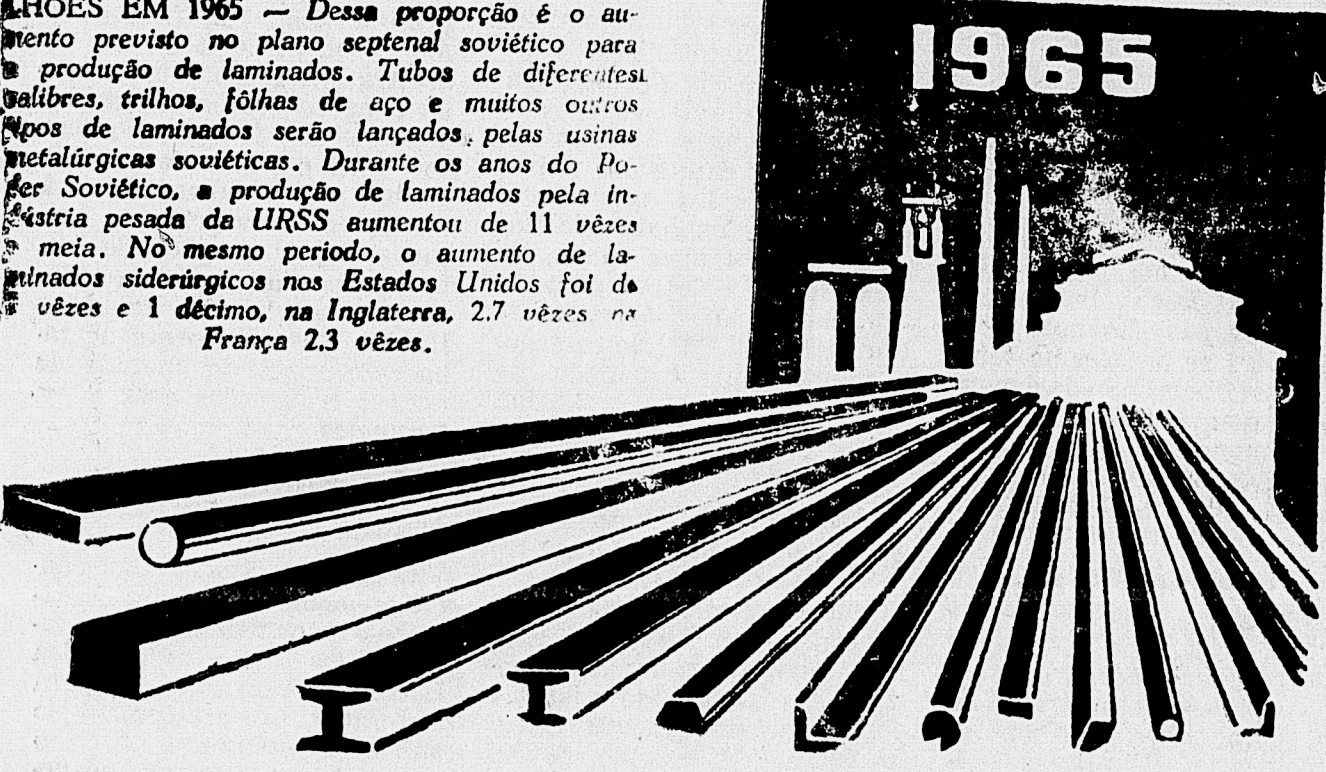
Pleno do CC do PC Belga

A 15 e 16 de novembro, realizou-se em Bruxelas uma reunião plenária do Comitê Central do Partido Comunista da Bélgica. Foi discutido um informe do Secretário do CC, Ernest Brunel, sobre a próxima conferência do Partido, que terá lugar a 3 e 4 de janeiro de 1959. Essa conferência nacional discutirá o problema — "O movimento operário e democrático ante a nova situação econômica e política" e as perspectivas de atividades do Partido em 1959.

MENSAGEM DE PRESTES AO PC DA GRÉCIA

Ao Comitê Central do PC da Grécia, Luiz Carlos Prestes enviou a seguinte mensagem:
«Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1958.
«Ao Comitê Central do Partido Comunista da Grécia.
Queridos camaradas:
Os comunistas brasileiros saudamos com entusiasmo o 40.º aniversário do vosso Partido, vanguarda gloriosa da classe operária e de todo o heróico povo da Grécia.
Temos acompanhado, com admiração e interesse, vossa luta abnegada contra a ocupação estrangeira, pela consolidação das conquistas populares alcançadas na luta de emancipação nacional e pela unidade de todas as forças interessadas no renascimento de vossa Pátria, na criação de uma Grécia independente e democrática, a caminho do socialismo. Vosso Partido é o continuador das melhores e das mais puras tradições do povo grego, as quais são um patrimônio de toda a humanidade. Saudamos, em particular, vosso esforço permanente pela criação de uma autêntica vanguarda marxista-leninista, enraizada no proletariado e no povo, inspiradora do movimento nacional e democrático e, ao mesmo tempo, inabalavelmente fiel ao internacionalismo proletário.
Exprimimos aos queridos camaradas nossa profunda solidariedade a vosso combate atual, contra as tentativas antidemocráticas em vosso país. E reiteramos nossa profunda confiança na vitória das forças de democracia e progresso social, entre as quais vosso Partido é o organizador mais abnegado e consequente.
Com nossas saudações fraternais,
Luiz Carlos Prestes.»

DE 40 MILHOES EM 1957 A 65 OU 70 MILHOES EM 1965 — Dessa proporção é o aumento previsto no plano septenal soviético para a produção de laminados. Tubos de diferentes calibres, trilhos, folhas de aço e muitos outros tipos de laminados serão lançados pelas usinas metalúrgicas soviéticas. Durante os anos do Poder Soviético, a produção de laminados pela indústria pesada da URSS aumentou de 11 vezes a meia. No mesmo período, o aumento de laminados siderúrgicos nos Estados Unidos foi de 1,5 vezes e 1 décimo, na Inglaterra, 2,7 vezes e na França 2,3 vezes.



passadas de construção do socialismo, fizeram enormes sacrifícios, demonstraram uma inigualável abnegação para construir o socialismo, para lutar seu imenso país das condições necessárias à construção de uma nova vida. Habitando-se a modestas condições de existência, o povo soviético tem consciência de que, na medida em que seu país for industrializado e poderoso, melhores serão suas condições de vida. O luxo não interessa ao soviético, ele o desconhece, como desconhece o supérfluo. Mas está certo de que não sofrerá as agruras do desemprego, de que seus filhos terão sempre escolas gratuitas,

turo. O plano septenal, cada cifra nele contida, lhe interessa vitalmente. Sua efetivação se traduzirá amanhã inevitavelmente, em bem-estar. Já agora, ele sabe que dentro de 12 anos a União Soviética ocupará o primeiro lugar no mundo na produção por habitante e o primeiro quanto ao bem-estar econômico.

ALGUMAS CIFRAS

Um dos mais sérios problemas que ainda enfrenta o povo soviético é o da moradia. Milhões de casas, edifícios residenciais, nas cidades e mesmo no campo, foram destruídas durante a segunda guerra mundial, área residencial

adquirirão 5 vezes mais geladeiras, 8 vezes mais máquinas de lavar roupa, 4 vezes mais aparelhos de televisão.

Devemos acrescentar que já agora estes objetos lançados pela indústria soviética são vendidos a preços extraordinariamente baixos, correspondendo, uma geladeira, aproximadamente, a dois meses de salários de um operário sem qualificação. (Existem tipos de geladeiras cujo preço é inferior a um mês de salário). Um aspirador de pó custa mais ou menos 800 rublos, ou seja, menos de um mês de salário, e assim por diante. O Estado, que os vende, não tem interesse em ex-

BURGUESIA NACIONAL AJUDA A CONSTRUIR O SOCIALISMO

Encontro em Changai com um autêntico representante da burguesia — Pai capitalista educa os filhos para o socialismo — Dolorosas experiências sob o regime de Chiang Kai-chek — Mr. Yung foi voluntário na guerra de libertação da Coréia

MARIA DA GRAÇA

(Última de uma série de reportagens)

Para o estrangeiro pouco conhecedor dos métodos como, na China, uma sociedade feudal se transforma em sociedade socialista, e da vitoriosa experiência da ampla frente única para a conquista da emancipação nacional, nada mais imprevisível e curioso que o encontro em Changai com um capitalista da velha China, autêntico representante da burguesia nacional patriota, integrada na construção socialista, embora consciente de que estão contados os seus dias como classe remanescente.

Mr. Yung Yi-zen é um desses antigos magnatas da incipiente indústria existente antes da libertação, hoje honrado e respeitado cidadão da República Popular, um dos vice-prefeitos de Changai, deputado à Assembléia Popular Nacional e presidente da Câmara de Comércio e Indústria de sua cidade. E também diretor-presidente do grupo de fábricas de tecidos (5 em Changai e 4 em Hancow e Shung-in), das quais o Estado popular e ele são os maiores acionistas.

ENCONTRO COM MR. YUNG

As 9 fábricas de tecidos a que nos referimos pertenciam à família Yung, uma das maiores fortunas da antiga China. Ao ter início a etapa decisiva da guerra de libertação, isto é, a guerra contra os traidores e piratas do Kuomintang de Chiang Kai-chek, os três irmãos Yung mais velhos desertaram da luta de seu povo e de sua pátria: dois fugiram para os Estados e um veio para o Brasil, estabelecendo-se em São Paulo, onde vive presentemente.

Yi Zen permaneceu na China, tendo conhecido em Changai toda a miséria e a corrupção do governo de Chiang Kai-chek. Contou-nos, ele próprio, que durante aqueles anos seus dias e suas noites eram como um pesadelo. Duas vezes foi sequestrado pelos bandidos do Kuomintang e o seu resgate foi a peso de ouro. Para se locomover de sua residência para o escritório na fábrica tinha que usar um automovel blindado, com para-brisa a prova de balas e rodeado de guardacostas, armas à vista. Por ter sentido em sua própria carne, dizia ele, a miséria e as terríveis condições sob as quais vivia o seu povo, compreendeu a necessidade de apoiar e participar da luta de libertação, dirigida e orientada pelo Partido Comunista.

No dia seguinte à visita que havíamos feito à nona e maior das fábricas de tecidos de que é, após o Estado, o principal acionista, Mr. Yung Yi-zen recebeu os jornalistas brasileiros em sua magnífica residência, situada num dos bairros que fora antes dos mais aristocráticos da cidade. No jardim, ao entrarmos, havíamos visto a sua luxuosa limusine preta, marca americana. No grande salão de estar onde fomos introduzidos, decoração moderna, discretamente anglo-americana muito mais do que em estilo chinês. Largas portas envidraçadas abriam para um encantador e florido jardim interno. Um garçom vestido na clássica jaqueta branca serviu aperitivos e os amendoins e grãos de gergelim torrados e salgados.

Pai capitalista, filhos socialistas

Mr. Yung fez parte de sua educação na Inglaterra. Viajou por vários países da Europa e pelos Estados Unidos. Seu inglês, de acento pura-

mentos foram operados e, para este ano, a estimativa é de 60 milhões. Antes da 2ª. guerra mundial, importavam 50% de algodão dos Estados Unidos, cerca de 30% do Brasil e o restante era de produção nacional. Atualmente trabalham com 95% de algodão chinês e cerca de 5% importado do Egito. Nos dias de hoje, cada fardo de algodão transformado em fio ou em pano deixa um lucro líquido de 100 yuans.

Em novembro de 1955, contou, as fábricas foram transformadas em empresa mista. Naquele momento, 150 famílias possuíam 70% das ações, sendo que a maioria se encontrava em mãos de 10 famílias; dessa maioria o maior número de ações pertencia à família Yung. Os próprios acionistas avaliaram as empresas, para a operação de transformação do regime em que eram operadas. As cinco fábricas de Shangai foram avaliadas em 64 milhões de yuans. Antes da libertação 21% do capital invertido nelas era representado pela dívida contraída com o Banco do Estado. Dentro desses 64 milhões de avaliação, ratificada pelo Sindicato dos Trabalhadores Textéis, a importância correspondente àqueles 21% passou a constituir a parte do Estado Popular na nova sociedade, da qual participam 7 capitalistas, que mantêm os mesmos postos, tanto na direção como na administração das fábricas. Mr. Yung permanece como diretor-presidente, ao lado de outro presidente designado pelo Estado. Mr. Wu Tsong-yi, que nos havia acompanhado na visita que fizemos à fábrica n. 9 continua como diretor-gerente.

O casal Yung, além dos 400 yuans que Yi Zen recebe como vice-prefeito da cidade, e demais vantagens de que gozam todos os cidadãos na República, entre as quais educação gratuita para os seus cinco filhos, dispõe ainda de sua parte no lucro anual da empresa. Mantém o mesmo pa-

drão de vida que antigamente — palacete, criadagem, carro particular — e, o que bem acentuou Mr. Yung, não temem o dia de amanhã, não vivem sob o pavor dos atentados pessoais, raptos e extorsões. Dormem tranquilos.

Os cinco filhos do casal estão recebendo a mesma educação que recebem todas as crianças chinesas. Politicamente, nos dizia o pai, prepararam-se para os deveres e tarefas de bons cidadãos de sua pátria socialista. Os mais velhos já declararam que nada receberão de qualquer herança paterna. Mr. Yung sabe, e não o esconde, — afirmava o mesmo com certo orgulho — que dentro de mais alguns anos, talvez um par deles, não existirá mais na China nenhuma forma de indústria ou comércio que não seja estatal.

Capitalista, foi voluntário na Coréia

Como todo chinês da nova China Mr. Yung é profundamente antiimperialista. Toda a sua veemente e incontida repulsa se dirige especialmente contra os belicistas norte-americanos. Com a modéstia e a discrição que caracterizam o chinês, seja qual for a sua idade e a sua categoria, intelectual, falou-nos sobre a guerra da Coréia, da qual participou como voluntário agregado a um corpo de técnicos encarregados da defesa das indústrias de um lado e de outro da fronteira da Mandchúria. Vibrante de indignação, contou os horrores da guerra bacteriológica feita pelos americanos.

Despedimo-nos do casal trazendo conosco uma visão e compreensão mais clara do que é a frente única, instrumento que foi da vitória contra o inimigo estrangeiro e contra os bandidos do Kuomintang de Chiang Kai-chek, instrumento que é da construção socialista na China. Trazemos também, juntamente com a sua saudação ao povo de nosso país, os votos de um capitalista integrado no processo das transformações socialistas na China, no sentido de que os capitalistas brasileiros encontrem os caminhos certos que poderão levar à emancipação e ao progresso de sua pátria.



Mr. Yung Yi-zen e sua esposa em companhia de nossa redatora Maria da Graça e do jornalista Murilo Marroquin

A REUNIÃO SINDICAL RIO - SÃO PAULO

ROBERTO MORENA

A reunião de dirigentes sindicais do Estado de São Paulo e Distrito Federal, realizada nos dias 29 e 30 de novembro passado, na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Papel, Popelão e Cortiça do Estado de São Paulo, tomou decisões para impulsionar e unificar a campanha nacional pela rápida elevação dos atuais níveis do salário mínimo e pela verdadeira e ampla aplicação das medidas governamentais para conter o vertiginoso custo de vida.

As resoluções tomadas refletem fielmente o grau de luta das massas trabalhadoras e populares. Nenhuma das decisões aprovadas têm o mais leve caráter de magagógico. Decidiu-se lutar para que os novos níveis de salário mínimo dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e Distrito Federal, sejam iguais. Aprovou-se, então, que os vogais dos trabalhadores nas Comissões do Salário Mínimo, lutassem para que esse base de 6 mil cruzeiros, como base mínima. A variação poderá ser dessa quantia em diante. Há várias propostas e sugestões de quantias maiores, mais os participantes da reunião pesaram e sopesaram os índices médios já sugeridos e o grau de luta das massas, decidindo-se por essa base mínima. Examinou-se, também, a absurda diferença entre as subzonas de uma mesma região, como o caso de São Paulo, que tem cinco subzonas. Ao invés de se reclamar agora o zoneamento, decidiu-se lutar pela aproximação dos níveis dessas subzonas, reduzindo-se a diferença e as aproximando da zona de salário mínimo maior. Conjuntamente com essas medidas, resolveu-se lançar a campanha pela decretação do salário mínimo até o Natal e sua aplicação imediata.

E, como se sabe, juntamente com essa campanha, desta vez, corre paralelamente a luta pela contenção do custo de vida. Saído do terreno das palavras de ordem, passa-se, agora, para a luta concreta. Resolveu-se apoiar as medidas governamentais. Mas não ficar somente nos aplausos, senão lutar pela sua efetiva aplicação. Se as decisões tomadas pelo governo não se entenderem até às fontes de produção, os atacadistas e intermediários, malograra o congelamento de preços. Assim nessa base, se vai formando uma autêntica e combativa frente única popular.

As decisões tomadas nessa reunião sindical serão levadas a todos os sindicatos, federações e confederações. O que se reclama é uma direção unida e capaz de conduzir o movimento nacional que se eleva e toma corpo em todo o Brasil para assegurar o poder aquisitivo do salário mínimo a ser decretado e os últimos aumentos salariais, e que não se torne um fracasso o congelamento de preços. Nesse sentido a reunião dirigiu um apelo às direções das Confederações e Federações Nacionais para que unifiquem sua orientação e ação, porque o reflexo dessa unidade terá enorme repercussão em cada Estado e Município.

Para dar corpo às Resoluções tomadas, os presentes à reunião e os signatários do documento se comprometeram a lutar para que se realize a II Conferência Sindical Nacional, no primeiro trimestre de 1959, fazendo coincidir a sua efetivação com a convocação simultânea dos Conselhos de Representantes de todas as entidades sindicais de caráter nacional. As decisões dessa Conferência terão importância na próxima legislatura do Parlamento, a ser iniciada a 15 de março do ano vindouro, para que se ultime a aprovação da lei orgânica da previdência social e se possível, ainda, neste período legislativo, a lei que regulamentar o exercício do direito de greve. Como se prevê, na próxima sessão legislativa terá importância capital os problemas sociais e trabalhistas, e os trabalhadores necessitam dar sua opinião coletiva sobre esses assuntos.

Constituiu-se mais um elo na cadeia unitária sindical que se vai formando e consolidando essa reunião. As suas resoluções vão ser estendidas, principalmente, aos Estados de Minas e Rio de Janeiro e, simultaneamente, a todo o país. Cabe às Confederações e Federações Nacionais examinar e apoiar essas resoluções, que visam dar ao movimento sindical brasileiro maior unidade, mais prestígio e mais força, para que possa representar de fato a vontade dos trabalhadores do Brasil.

PLANO LUCAS LOPES: OPOSIÇÃO DENTRO E FORA DO PARLAMENTO

O sentido da retirada dos projetos de aumento dos impostos de consumo e de selo — As ameaças permanecem, exigindo vigilância e ação das forças nacionalistas

Apresentado ao fim da legislatura no momento em que os setores golpistas inspiraram a última «crise militar», o denominado Plano de Estabilização Monetária enfrentou, desde o início, a vigorosa crítica dos setores nacionalistas, dentro e fora do Parlamento.

No Congresso, não correspondeu ao que esperavam os seus autores a passagem do Plano do atual Ministro da Fazenda, tão claros e evidentes se tornaram os objetivos que trazia, de lançar às costas do povo e dos trabalhadores, através de medidas de congelamento de vencimentos e salários até meados do ano próximo e de aumento de impostos indiretos, todos os sacrificios impostos pela inflação e consequente crise em que se debate o país, e frear o processo de desenvolvimento, fechando num impasse o surto industrial.

Resumo do Plano

O Plano do conhecido «brain trust» entreguista chefiado pelo sr. Lucas Lopes,

res e jornalistas, foi objeto de umas poucas reuniões na Câmara dos Deputados, das quais participaram líderes dos partidos e presidentes de órgãos técnicos, o Ministro da Fazenda e alguns de seus assessores. Dêle seguiram para discussão e aprovação pelo Congresso três projetos distintos, de reforma, para aumentos, das atuais leis sobre o imposto de renda, os postos de consumo e de selo. Sob a forma de recomendações para o traçado de uma nova política financeira, tendo em vista debelar a inflação e superar a crise, o Plano contém grande número de medidas, entre as quais aquelas que mereceram a imediata

(CONCLUI NA PÁG. 11)

EXIGÊNCIA UNÂNIME: NOVO SALÁRIO MÍNIMO ATÉ O NATAL

Base mínima de 6 mil cruzeiros para Distrito Federal, São Paulo, Minas e Estado do Rio — Resultado da reunião de dirigentes sindicais paulistas e cariocas — Medidas sugeridas ao governo

A reunião dos dirigentes sindicais do Estado de São Paulo e Distrito Federal, realizada nos dias 29 e 30 de novembro passado, na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Papel, Papelão, Cortiça do Estado de São Paulo, unificou a luta pela conquista dos novos níveis do salário mínimo até o Natal. Aproveitou a reunião que deve ser estabelecida uma igual para os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal, sobre a base mínima de 6 mil cruzeiros.

Da reunião participaram delegados de federações e sindicatos de ambas as regiões do país. Foram demoradamente discutidos os problemas relacionados com o congelamento dos preços de primeira necessidade. Embora os participantes da reunião, reconhecerem que as medidas do governo constituíram um primeiro passo e vêm ao encontro das insistentes reclamações dos trabalhadores e do movimento sindical, serão completamente insuportáveis e ineficazes se o congelamento não se estender às fontes da produção, atacadas e intermediários, que não se submetem às resoluções do governo, porque a maioria deles tem força e dominação nos órgãos governamentais.

Os movimentos populares e de massa que se têm em um período de tempo em que o país não está disposto a atender mais o plano de estabilização e financeira — o controle a respeito. Nesta ocasião a Resolução tomada realizou uma direção unida e firme para conduzir nacionalmente esses movimentos.

Durante os debates se pôs de relevo a necessidade do governo terminar com as vacilações e os efeitos que temido na política exterior, particularmente no que se refere ao restabelecimento de nossas relações com os países socialistas, curvando-se ainda à pressão dos gru-

pos econômicos interessados em manter o Brasil preso às injunções, principalmente, dos imperialistas americanos.

Por fim, a reunião deliberou que se propusesse as direções das Confederações e das Federações Nacionais não confederadas, que realizem as reuniões dos seus Conselhos de Representantes simultaneamente, a fim de que coincidam com a efetivação da II Conferência Sindical Nacional, no primeiro trimestre de 1959, antes da abertura da próxima sessão legislativa.

Os participantes da reunião se comprometeram a realizar reuniões idênticas em Minas Gerais e Estado do Rio, para unificar os esforços dessas regiões visando realizar o programa aprovado.

AS RESOLUÇÕES

As Resoluções aprovadas sugerem as seguintes medidas:

SALÁRIO MÍNIMO

a) Concessão dos novos níveis do salário mínimo até o dia de Natal; b) que seja a quantia de Cr\$ 3.000,00, o salário mínimo de base, devendo-se apoiar os vozes dos trabalhadores nas comissões do salário mínimo que defendam um salário mínimo nunca inferior a essa quantia; c) que nos Estados onde haja várias zonas, a diferença dos níveis do salário mínimo entre elas seja no máximo de Cr\$ 200,00 mensais; de que os novos

níveis do salário mínimo a serem decretados, entrem em execução imediatamente; e) estabelecer um acordo com os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro para lutar por um salário mínimo igual a exemplo dos demais Estados.

CONGELAMENTO

a) Apoiar as medidas adotadas pelo presidente da República congelando alguns generos de primeira necessidade; b) estender imediatamente essa decisão até as fontes de produção atacadas e intermediários, sem o que a resolução governamental não poderá ser cumprida integralmente; c) tomar medidas contra a sonegação de produtos, exigindo a mobilização de todos os órgãos fiscalizadores e até das Forças Armadas, para impedir esses atos de sabotagem; d) reclamar a efetiva participação de representantes dos trabalhadores e seus organismos sindicais nos plenários da COPAP, das COAPs e das CONAPs; e) dar o direito a todos os dirigentes e militantes sindicais, devidamente credenciados de fiscalizar e atuar em qualquer das disposições governamentais para conter o custo de vida; f) apoiar e levar à prática as propostas feitas pelos trabalhadores do Estado de São Paulo, Distrito Federal e outras regiões e País de apreensão ao governo.

APOSENTADORIA

a) Lutar para que seja aprovado a Lei orgânica da Previdência Social, que está há 12 anos em tramitação no Parlamento seja aprovada; b) que as comissões e mobilizações apresentadas pela Comissão Nacional (oriundas

da 1.ª Conferência Sindical Nacional, sejam defendidas e aprovadas; c) que se lute para que se ponha em execução a aposentadoria de acordo com a lei aprovada em 15 de maio do corrente ano.

DIREITO DE GREVE

a) Lutar para que seja aprovado com rapidez o projeto em curso no Senado Federal que regulamentar o exercício do direito de greve; b) dirigir-se ao Supremo Tribunal Federal e outros órgãos de Justiça estranhando as decisões tomadas de manter o decreto-lei 9.070; contrário ao espírito da Constituição de 18 de setembro de 1946, criando e fomentando, assim, perseguições e punições para os trabalhadores que recorrem à greve como um meio de defesa.

Acontecimentos da Vida SINDICAL

- Os marceneiros de São Caetano do Sul (São Paulo), conquistaram aumento de 21% com teto de 1.800 cruzeiros com base nos salários vigentes em dezembro de 1957.
- A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei estabelecendo aposentadoria integral para os jornalistas aos 20 anos de serviço, sem limite de idade.
- Os melos trabalhistas de São Luiz do Maranhão não estão satisfeitos com a conduta do D.R.T., que teria retido parte dos nomes indicados pelos Sindicatos para compor a Comissão de Salário Mínimo Regional, enviando ao DNT apenas aqueles de sua preferência.
- A Associação de Lavradores de Bacabal, Maranhão, vem sendo alvo de violências da polícia que procura impedir a organização dos camponeses.
- A diretoria do Sindicato dos Bancários de Maceló, que vinha favorecendo os patrões contra os interesses dos empregados, ante a firmeza destes na luta por suas reivindicações, renunciou coletivamente. Os bancários imediatamente elegeram uma junta governativa.
- Os arrumadores do porto do Rio de Janeiro ameaçam novamente entrar em greve em virtude do não pagamento de 30 milhões que a APRJ deve ao seu Sindicato.
- A Prefeitura de Belo Horizonte está com atraso de 3 meses no pagamento dos vencimentos do funcionalismo.

AEROVIÁRIOS EM ASSEMBLEIA PERMANENTE

Na sua campanha salarial iniciada há cerca de um mês, o Sindicato Nacional dos Aeroaviários tem por objetivo conquistar um aumento compensador para os seus associados, fazer abortar as manobras preletórias das empresas e prevenir-se contra as subordinações de que estas lançam mão para baratar os salários firmados.

Assim o aumento solicitado é de 35% com mínimo de 2.200 cruzeiros e máximo de 7 mil, com vigência a partir de 16 de novembro corrente, data em que expirou o último acordo. Em guarda contra a prática das empresas que despedem os operários para admitir outros com salários mais baixos, buscando assim o acordo, pretendem

incluir neste cláusulas tornando obrigatório o aumento inclusive para os trabalhadores recém-admitidos, bem como a garantia, para os novos contratados, de remuneração igual à percebida pelo ocupante do cargo anteriormente. Não deverão ainda ser compensados os aumentos até agora concedidos em virtude de promoções, antiguidade ou merecimento.

ASSEMBLEIA PERMANENTE

Atentos às manobras preletórias das empresas, os trabalhadores estão em assembleia permanente e vem insistindo junto ao Departamento Nacional do Trabalho para forçar os entendimentos. Ao mesmo tempo prepararam-se para uma ação mais enérgica de âmbito nacional, tendo já organizadas comissões de salário e de greve em todas as empresas.

CAMPANHA JUSTA

A campanha dos aviários é das mais justas. Cerca de 65% dos aproximadamente 20 mil componentes da categoria profissional, percebem salário mínimo, apesar da responsabilidade que possuem pela segurança de vôo os tripulantes e passageiros, na manutenção dos aviões comerciais.

As companhias de aviação não se manifestaram contra o aumento, mas o concederam a novos aumentos tarifários, que em 15 de maio obtido 3 dólares durante este ano — em janeiro, julho e novembro num total de 65%.

Como conseguir recursos para atender às reivindicações é um problema das companhias e do governo, acham os trabalhadores. Mas de modo geral são contra novos aumentos de tarifas e pensam que as empresas podem elevar os salários.

Trabalhadores do açúcar exigem

AUMENTO DE SALÁRIO. E NÃO AUMENTO DE PREÇOS

As empresas obtêm lucros fabulosos — Decidida a greve abrangendo Distrito Federal e os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro

Enquanto a luta pela elevação do salário se destina, antes de tudo, a obter aumentos ou restabelecem, pelo menos em parte, o poder de compra dos salários, drasticamente reduzido, pela elevação dos preços, os empregadores embora às vezes reconhecendo a justiça dessas reivindicações, não se dispõem a inclinar a custo dos seus lucros, mas mediante novos aumentos nos preços dos seus produtos ou serviços.

É o que se verifica também com as refinarias de açúcar. Os trabalhadores dessa indústria lutam por 40% de aumento com mínimo de 1.600 cruzeiros e máximo de 5.000. As empresas, para concedê-lo, exigem do governo nova majoração na venda do produto. Compreendendo que tal política só contribuiria para agravar ainda mais a situação, os operários não concordam. Os empregadores obtiveram fabulosos lucros no ano passado e podem atender ao seu

pedido sem encarecer o açúcar, tanto assim que a Refinaria União, em São Paulo, já firmou acordo com os seus empregados.

No Distrito Federal, em assembleia no seu Sindicato, os operários organizaram um comando de greve autorizando-o a deflagrar o movimento. Dando, porém, mais uma vez demonstração de boa-vontade, atenderam ao apelo do Ministério do Trabalho, no sentido de aguardar uma entrevista com o Presidente da República, prometida por aquela autoridade federal.

O movimento reivindicatório está articulado entre vários sindicatos do ramo e abrange, além do Distrito Federal, as localidades de Niterói, Carriás, Três Rios, São Paulo, Santos, São Roque, Mogi das Cruzes e São Bernardo, que serão também atingidas pela greve caso não seja encontrada uma fórmula aumentando os salários sem a majoração do açúcar.

Em São Paulo

VITORIOSOS OS GREVISTAS DA FÁBRICA PERÚS

Os trabalhadores da fábrica de cimento «Portland» Perú, de São Paulo, obtiveram uma vitória que encerra importante lição a ser aproveitada por todos os trabalhadores em suas lutas por aumento de salário.

Os empregadores não queriam atender plenamente às reivindicações dos operários. Por isso, a greve prolongou-se durante 47 dias. Mesmo após o julgamento do dis-

sídio coletivo pelo TRT, concedendo aumento de 30%, os operários prosseguiram firmes na greve para conquistar os 40% pleiteados. Durante o movimento realizaram diversas passeatas e conseguiram a solidariedade dos trabalhadores de São Paulo e de cidades vizinhas.

Afinal, a Vitória

Finalmente, a firmeza dos trabalhadores em luta foi recompensada com a vitória. Pelo acordo concluído, com os patrões além dos 40% de aumento pleiteados desde o início da luta, os trabalhadores receberam os dias de greve à base dos salários não reajustados, nenhuma punição será aplicada aos grevistas. Será readmitido o secretário do Sindicato que havia sido demitido de suas funções na fábrica, os empregados não perderão os seus dias de férias por motivo da greve, etc. Para facilitar a assinatura do acordo os operários transigiram quanto à data do início da sua vigência, que passou a ser 1º de dezembro, mas isso foi largamente compensado pela inclusão de um item em que a empresa se compromete a manter as diferenças salariais após a concessão do novo salário mínimo.

VOZ OPERÁRIA

DIRETOR
Mário Alves

MATRIZ

Redação:
Av. Rio Branco, 257, 17º
Andar s/ 1.712 - Tel: 42-7344
Administração e gerência:
Av. Rio Branco, 257, 9º
andar, sala 905

ASSINATURAS

Núm. avulso	3,00
Anual	150,00
Semestral	80,00
Trimestral	60,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte: Núm. atrasado	5,00

SUCURSAL
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria nº 66, s/ 43.

NA LOJA NORTE-AMERICANA



— Senhor, fomos obrigados a fazê-lo assim porque nosso país não reconhece a China.

(Do «New Ade»)

PLANO LUCAS LOPES...

(CONCLUSÃO NA PÁG. 7)

ta repulsa da opinião pública, tais como o congelamento dos vencimentos do funcionalismo público civil e dos salários dos trabalhadores, e outras, ostensivamente ameaçadoras ao processo de industrialização do país.

Nisso se resume o Plano "salvador", imprudentemente perfilhado pelo Presidente da República em hora de completo esquecimento dos compromissos que, como candidato, assumira com o povo brasileiro, de levar a termo o programa de metas, e o país ao caminho de sua emancipação econômica.

Presença da Consciência Nacional

Logo de início o Plano sofreu as mais veementes críticas e restrições por parte dos setores da indústria e do comércio interessados no desenvolvimento nacional e decidida repulsa por parte da opinião pública, especialmente contra os itens referentes ao aumento dos impostos e congelamento de vencimentos e salários.

Dentro da Câmara, no seio dos partidos, por força mesmo do ambiente criado em torno do Plano e sob a pressão da opinião pública, criaram-se comissões para examiná-lo e sobre ele opinar. A Frente Parlamentar Nacionalista criou também a sua própria comissão. Vozes autorizadas como as dos deputados Sérgio Magalhães, Fernando Ferrari e Gabriel Passos ergueram-se contra o aumento dos impostos, que viria encarecer o custo da vida, e contra os pretendidos congelamentos de salários e vencimentos.

A Oposição, por vários motivos, resolveu ceimar fileiras contra os projetos de reforma das leis de imposto de consumo e de selo, radicalizando tal posição no retorno à obstrução ao Orçamento.

A Resistência Na Câmara

Aparentemente, a retirada dos projetos de imposto de consumo e de selo da ordem do dia da Câmara dos Deputados deveu-se ao acordo a que chegaram os líderes da Maioria e da Oposição, a fim de que o Orçamento pudesse ser enviado à sanção presidencial no dia 30 de novembro, conforme a Constituição determina.

Na realidade, porém, não existia dentro do Congresso, e de modo particular na Câmara, onde se encontravam os projetos, nenhuma possibilidade de dar ao sr. Lucas Lopes novas fontes de arrecadação através de aumentos sobre os impostos de consumo e de selo. Os partidos da Maioria se encontravam divididos, predominando em cada um deles o grupo hostil ao Plano, de modo geral, e particularmente contrário tanto aos aumentos de impostos como às medidas de congelamento de salários e vencimentos. Por outro lado, o Poder Executivo, que havia apressadamente encampado o Plano, encostado à parede pelas explosões populares ocorridas em vários Estados, e pelo recrutamento das lutas de funcionários civis e trabalhadores por melhores vencimentos e novos salários mínimos, viu-se na contingência de arquivar as recomendações nele contidas, decretar o congelamento dos preços e atender às imperiosas reclamações de aumentos de vencimentos e salários.

Ainda há Perigo à vista

Do Plano do ministro da Fazenda sr. Lucas Lopes, restou, por enquanto, nada mais que a vitória parcial obtida

com a aprovação da nova lei de imposto de renda, com o dispositivo nela encaixado, denunciado pelo deputado Sérgio Magalhães, de reavaliação do ativo das empresas, em benefício sobretudo dos monopólios imperialistas.

Para aprovação desse projeto, com os perigosos dispositivos que encerra, concorram o acordo secreto entre os líderes da Maioria e da UDN e a "graúda", distribuída entre os mais conspícuos representantes do poder econômico no Parlamento Nacional pelas grandes empresas estrangeiras.

A retirada dos projetos originados do Plano Lucas Lopes da ordem do dia da Câmara e o silêncio que bruscamente caiu sobre o mesmo não significa, entretanto, que esteja definitivamente suspensa a ameaça nele contida, de medidas atentórias à marcha do desenvolvimento nacional. Poucos poderão ter dúvidas quanto ao sentido das diretrizes que o atual Ministro da Fazenda e seu grupo procuram impôr ao governo. Recomendações e sugestões do Plano, muitas delas, como as reformas do Código de Águas e de regime das empresas elétricas, decorrentes da aprovação do art. 59 da nova lei do imposto de renda, poderão vir a surgir sob a forma de novos projetos a serem apresentados quando da convocação extraordinária do Congresso, de 6 de janeiro a 9 de março, ou sob a forma de Instruções e Portarias do Ministério da Fazenda. A viagem dos srs. Lucas Lopes e Roberto Campos aos Estados Unidos, ao que consta, também para negociarem novos empréstimos, à custa certamente de novas concessões ao imperialismo, é sintomática da permanência de ameaças desse tipo.

O momento é, pois, de vigilância das forças nacionalistas e do povo, maior coesão e um redobramento de atividade do movimento patriótico com o objetivo de mobilizar a opinião pública na luta por uma política que corresponda efetivamente aos interesses do Brasil.

COFAP: FALTA...

(CONCLUSÃO DA PÁG. 5)

sidente da República (esta o cel Mindelo aplaudiu com entusiasmo!) está a importação de gêneros. O presidente da COFAP foi mais longe:

EXCEDENTES (em toneladas)	1954	1955	1956
Arroz	1.156.100	1.275.236	1.147.047
Milho	4.742.925	4.628.272	4.888.997
Feijão	135.426	134.493	134.784

Em 1957 a produção nacional de arroz foi de 4.706.273 toneladas, tendo sido exportadas 60 mil toneladas para a Indonésia. A de milho foi de 7.706.944 e a de feijão de 1.685.091 toneladas para um consumo de 1.300.000.

Acontece porém, que os Estados Unidos contam com superprodução desses gêneros. Pretende-se reproduzir o que se deu recentemente com o trigo: o governo adquiriu nos Estados Unidos milhões de toneladas desse cereal, de qualidade inferior, enquanto o trigo nacional apodrece nas fontes de produção. Que pretende o coronel Mindelo: dar combate à carestia de vida no Brasil ou encontrar saída para os excedentes dos Estados Unidos?

LEVAR A SÉRIO CONGELAMENTO

Os trabalhadores e o povo estão dispostos a apoiar firmemente as medidas do governo contra a carestia de vida. Mas exigem que essas medidas sejam levadas a sério, antes de tudo pelos próprios homens do governo. Apontamos, acima, algumas

A BATALHA DA DIFUSÃO

AUMENTOS: Barra do Piraí mais 65% e Campos Morão mais 35%.

AGENCIAS RESTABELECIDAS: S. Anastácio e C. Macacu.

NOVA AGENCIA: Iguatu. AGENCIAS REDUZIDAS: C. Procópio menos 20% e R. Claro menos 5,6%.

AGÊNCIAS SUSPENSAS: Campinas, Catanduva, Pompéia, Taciba, Angra dos Reis, Campos, Itagual, Marques de Valença, Tres Rios Volta Redonda, S. S. Paraiso, Uberlândia; Ponta Grossa.

NOTA AO LEITOR: Se nas bancas de seu bairro e de sua rua não for encontrada à venda VOZ OPERÁRIA, informe a Gerência pelo telefone 42-7344.

CAMPO GRANDE: Recebemos e já atendemos o pedido de Campo Grande para

suspender a assinatura de Teremos.

PAGAMENTOS DE 24-11 A 4-12-58: Henrique Lagez Cr\$ 152,00; Barra Mansa Cr\$ 2.457,00; Curitiba Cr\$ 100,00; Campos Morão Cr\$ 500,00; Rio Claro Cr\$ 810,00; Campina Grande Cr\$ 100,00; Santo Anastácio Cr\$ 763,00; Cornélio Procópio Cr\$ 135,00; Campo Grande Cr\$ 600,00; Distribuidora Rlachucho Cr\$ 15.000,00; Apucarana Cr\$ 500,00; Curitiba Cr\$ 350,00; Marília Cr\$ 300,00; Friburgo Cr\$ 300,00; Cabo Frio Cr\$ 3.000,00; Barra do Piraí Cr\$ 275,00; Cataguazes Cr\$ 135,00; Uberlândia Cr\$ 1.000,00; S. J. Nepomuceno Cr\$ 300,00; Itapetininga (JM) Cr\$ 250,00; Indaiatuba Cr\$ 336,00; C. Paulista Cr\$ 400,00; B. Paulista Cr\$ 140,00; Lorena Cr\$ 225,00; Curitiba Cr\$ 120,00 e S. Luiz Cr\$ 200,00.

VANTAJOSO PARA O BRASIL...

(Conclusão da Pág. Central) os países socialistas subiu de 840 milhões de dólares em 1954 para cerca de 1,7 bilhões em 1957. Os acordos comerciais entre países subdesenvolvidos e países socialistas eram em número de 49 em 1953 e de 147 em 1957.

E o Brasil, pergunta a opinião pública?

O Brasil já possui acordos comerciais com alguns países socialistas. Mas continua «a zero» com a União Soviética. Por quanto tempo ainda continuará?

O Tratamento não Pode Demorar

Os estudos econômicos do Itamarati, que o discurso do sr. Schmidt resumiu, demonstram que, se o Brasil quiser doravante manter o ritmo de desenvolvimento atingido no período 1948-56, não poderá mais prescindir de novos mercados para seus produtos de exportação e de novas fontes para a aquisição de equipamentos e matérias-primas. Limitar-se aos mer-

cados norte-americano e europeu-ocidental significaria condenar o país a taxas mais baixas de desenvolvimento e possivelmente à estagnação.

Proclamando a sua fidelidade ao sistema ocidental de «livre empresa», julga, entretanto, o Itamarati que não se deve mais demorar as negociações visando estabelecer trocas comerciais com a União Soviética.

Isto certamente explica as recentes démarches em Praga dos embaixadores Assis Chateaubriand e Hugo Gouthier, bem como a visita do ministro Barbosa da Silva a Varsóvia.

Não resta dúvida que a questão avançou. Seria, porém, ingênuo supor que ela se resolverá de modo positivo somente com as iniciativas que, sob impulsos momentâneos, vai tomando o governo. É indispensável o energético apoio da opinião pública mobilizada para estimular as tendências governamentais já manifestadas em favor do tratamento de relações com a União Soviética e os demais países socialistas.

Mesmo porque aí está o cardeal D. Jaime de Barros Câmara. O eminente prelado prefere sacrificar o bem-estar do povo brasileiro aos preconceitos mais retrógrados. Não é maneira cristã de agir. Cristo jamais pregou a ruína das nações.

E, além disto, porque deve o presidente da República consultar o cardeal a respeito de uma questão política, de interesse exclusivo do Estado? A Igreja desde 1891 foi separada do Estado. As interferências de D. Jaime nas questões estatais são inadmissíveis e, sem dúvida, antipáticas à maioria dos próprios católicos.

Uma Falsidade Refutada

Também apareceu em alguns poucos jornais a tese de que não valeria a pena exportar café e cacau para os países socialistas, porque estes reexportariam os nossos produtos para adquirir divisas fortes, avançando, assim, nos mercados que deveriam caber ao Brasil. Um dos jornais chegou mesmo a informar que a Polónia estava vendendo café brasileiro na Alemanha Ocidental.

A informação foi imediatamente refutada pela legação polonesa em nossa capital, ficando evidente a sua falsidade.

O curioso, porém, é que a falsidade foi difundida por jornais que nunca protestaram contra a reexportação dos nossos produtos, com lucros bastante gordos, quando feita por países do chamado mundo ocidental e cristão...

«O SOCIALISMO CONQUISTA

Vitórias em Todos os Terrenos»

A 18 de novembro, falando no teatro "Alfieri", em Roma, numa solenidade dedicada ao 41º aniversário da Revolução Socialista de Outubro na Rússia, Palmiro Togliatti disse que a Revolução de Outubro, como uma tempestade, abalou todo o globo terrestre. Na arena internacional, surgiu então algo realmente novo — um novo partido a lutar pela paz e o socialismo.

Passaram-se, desde então, 41 anos — acrescentou Togliatti. — Estes anos confirmaram o quanto era justa a posição de vanguarda da classe operária. O socialismo demonstrou sua superioridade de tanto em tempo de paz como em tempo de guerra. A União Soviética liquidou completamente o desemprego e mostrou ser possível construir uma economia sem capitalistas e que esta economia se incrementa, inflexível e incessantemente, em ritmo rápido e floresce.

Atualmente — afirmou Togliatti — o socialismo alcança vitórias em todos os domínios e a União Soviética afirma-se mais como uma força que contribui para o progresso e a paz em todo o mundo.

O campo imperialista — acrescentou Togliatti — sempre a sua fraqueza e por isso frequentemente ameaça a causa da liberdade e da paz. Togliatti recordou as sérias calúnias das forças reacionárias contra a União Soviética, utilizando os erros denunciados em relação com o culto à personalidade. Entretanto, disse, a própria revolução e a correção destes erros são mais uma demonstração de que os dirigentes da União Soviética eliminaram rapidamente as violações da legalidade ocorridas no passado, mas foram adiantes, levando a cabo profundas reformas na indústria e na agricultura e adotando novas formas de direção, levando à vitória do socialismo em todos os terrenos.

O PRIMEIRO LUGAR...

(CONCLUSÃO DA PÁG. 8)

fazendas coletivas em cerca de 40%.

Simultaneamente, diminuirá o tempo de trabalho. A jornada de trabalho na URSS vai gradativamente passando de 8 horas diárias para 7 e seis horas. Até 1960, isto é, dentro de dois anos, terminará a adoção da jornada de trabalho de 7 horas em todo o país e da jornada de 6 horas em algumas profissões (mineiros do carvão e outros trabalhos insalubres).

A partir de 1962, a semana de trabalho será de 40 horas para os operários que trabalham 7 horas por dia. E a partir de 1964 começará a ser aplicada a semana de 35 e 30 horas de trabalho.

Desta forma, o trabalhador terá à sua disposição mais tempo para dedicar à vida cultural, para esporte, leitura, diversões, etc.

Aqui podemos perguntar também: que país do mundo capitalista pode oferecer semelhante perspectiva aos trabalhadores? Em países como o nosso, quando a jornada de

trabalho é encurtada, o operário perde no salário, uma espécie de desemprego — o desemprego parcial que flagela milhões de operários em todo o mundo capitalista, sobretudo nos Estados Unidos da América.

MERCADORIAS DE AMPLO CONSUMO

Além dos objetos de conforto doméstico a que já nos referimos, o plano setenário soviético prevê um aumento considerável de produção de bens de amplo consumo, tais como roupas, calçados, tecidos, abrigos de inverno, assim como dos principais gêneros alimentícios. Este tipo de mercadorias terá sua produção duplicada durante o septênio. Para isto, o Plano decidiu que serão construídas 150 grandes fábricas e concluir-se-á a construção de outras 114.

Será este o passo mais importante e decisivo para a União Soviética alcançar seu principal objetivo neste terreno: atingir e ultrapassar os Estados Unidos na produção por habitante.

Posição do PC da Indonésia

Ante o governo de Djuanda

Numa reunião plenária ampliada do Comitê Central do Partido Comunista da Indonésia, a 19 de novembro, o Secretário-geral do Partido, Aidit, exortou ao estabelecimento de uma mais ampla unidade popular e a completa realização dos conceitos do presidente Sukarno sobre a democracia dirigida, assim como de defender os direitos democráticos e políticos do povo. Aidit insistiu também na necessidade de reforçar a frente internacional contra a guerra e o colonialismo.

Tratando da situação interna da Indonésia, Aidit disse que o imperialismo americano está tentando influenciar certos blocos para formarem uma junta militar e derrubar o atual governo de Djuanda.

Aidit acrescentou que o imperialismo e os reacionários internos tentam confundir as contradições entre o povo e o imperialismo com as contradições no seio do povo, criando contradições entre di-

ferentes círculos sociais na Indonésia.

«A presente situação é tal — afirmou Aidit — que a liberal-democracia foi desacreditada, enquanto ainda não existem condições para uma democracia popular. Os elementos fascistas estão se preparando para uma fórmula ditatorial, enquanto o povo defende resolutamente seu poder político.»

«Nestas circunstâncias — acrescentou — é de grande importância que o presidente Sukarno tome a iniciativa de sustentar uma democracia dirigida, pois seu conteúdo é basicamente contrário ao liberalismo, à ditadura militar e pessoal.»

Aidit reafirmou o apoio do Partido Comunista ao governo de Djuanda. «Desta forma, o Partido apoia sem reservas suas medidas progressistas, critica suas hesitações no sentido do progresso e apoia suas medidas favoráveis ao povo.»

IMPÕE O POVO PERNAMBUCANO NOVA DERROTA AO ETELVINISMO

Ante a ameaça de greve geral em Recife, recuaram os ponticos reacionários que pretendiam assaltar os cofres do Estado — Um exemplo de pressão de massas na defesa dos interesses populares

A política de terra devastada com que o etelvinismo pretendeu vingar-se da severa derrota que lhe impôs o eleitorado pernambucano, terminou em completa bancarrota. Batido nas urnas a 3 de outubro, com o que foi pôsto fim a um reinado de arbitrio e violências que se estendeu por cerca de 20 anos, o etelvinismo resolveu pôr em prática um plano de escandaloso filhismo. Ante a afronta lançada pelos políticos inconformados com a derrota, o povo pernambucano, numa impressionante manifestação de unidade — que abrangeu desde elementos das classes conservadoras até operários, estudantes, oficiais e sargentos da Polícia Militar — fez valer o peso da sua vontade e anulou o imoralíssimo testamento, que oneraria os cofres públicos estaduais em milhões de cruzeiros. O exemplo pernambucano deu um eloquente exemplo de pressão de massas na defesa de seus interesses.

O Desafio

A mesma hora em que milhares de pessoas, das galerias do histórico Teatro Santa Isabel, aplaudiam os eleitos a 3 de outubro, particularmente o governador

povo. Organizações operárias e sindicais, as entidades do comércio e da indústria, grêmios e diretórios estudantis, enfim, organizações dos mais diversos setores e clas-



O governador eleito de Pernambuco, Cid Sampaio, declarou-se ao lado do povo na luta contra os assaltantes dos cofres públicos.

Cid Sampaio e os deputados nacionalistas Francisco Julião, Miguel Batista e Josue de Castro, a maioria etelvinista da Assembléa Legislativa fez aprovar um projeto que mereceu indignada repulsa popular: criava 59 novos cargos públicos de elevada remuneração, a fim de beneficiar os elementos situacionistas que não conseguiram eleger-se.

Mas, não ficava ali o desafio ao povo. Entre as medidas projetadas pelos derrotados nas urnas, com o mesmo propósito de beneficiar políticos fracassados, figuravam a criação de um Tribunal de Contas no Estado, a criação de uma Polícia de Carreira (o etelvinismo tem um dos seus principais apoios nos polímeros e mais criminosos integrantes da polícia civil de Pernambuco), instituição de novos cargos públicos e autárquicos, além de outras que redundariam em tornar mais precária a situação das finanças e da própria economia do Estado.

A RESPOSTA DO POVO

Tais medidas, já denunciadas desde a época em que se anunciou que o governador Cordeiro de Farias renunciaria precisamente para facilitar sua execução, receberam o revide imediato do

Assembléa Legislativa foi invadida e depredada), concluindo com os seguintes termos: «Pertencemos a uma corporação de mais de um século de reais serviços em prol das nobres causas de nossa terra. Seria, portanto, incoerência se fôssemos agora defender e garantir com nossas fardas e nossos galões a concretização dessas medidas antipáticas. Há dias VV. Excias. votaram aumento de vencimentos para o funcionalismo público e, em emenda especial, concederam igual vantagem para a Polícia Militar. Que VV. Excias. não queiram admitir tenha tal benefício significado o preço do nosso acumpliamento com atos irresponsáveis.»

A DERROTA, AFINAL

Em face de tão vasta mobilização popular, os elementos que ainda se encontram na situação não tiveram dúvida de que a manifestação popular em preparo significaria para eles uma derrota de muito maiores proporções. E recuaram. Em documento assinado conjuntamente pelo atual governador Otávio Correia, pelo go-

vernador eleito, sr. Cid Sampaio e três deputados representando a Assembléa Legislativa, comprometeram-se os situacionistas a voltar atrás em todas aquelas pretensões que merecem o repúdio popular. O documento em apêço começa com as seguintes palavras: «Em face da apreensão e da agitação da opinião pública do Estado, decorrentes da tramitação no Legislativo de projetos de lei agravando a situação financeira do Estado, deliberamos entrar em entendimento à procura de uma solução que, atendendo aos efeitos dos referidos projetos, pudesse acalmar o ânimo reinante em Pernambuco.»

Vêm, em seguida, onze itens especificando, entre outras coisas, que não serão criados os cargos que compunham o escandaloso testamento do etelvinismo derrotado... A unidade mantida pelas forças democráticas e nacionalistas, para a vitória nas urnas de 3 de outubro, assegurou também a derrota do etelvinismo nesta desesperada e imoral investida.

PASSEATA DE SÃO PAULO: UNIDADE POPULAR CONTRA A CARESTIA

Impressionante manifestação do povo paulista — Apóio de setores do comércio e da indústria à luta dos trabalhadores — É necessário que o governo adote novas medidas na luta contra a carestia

A passeata contra a carestia, do dia 28 de novembro passado, em São Paulo, foi uma vitória democrática do povo, que impôs o seu direito de manifestar-se livremente em praça pública. A passeata demonstrou que, sem a intervenção ilegal da polícia, os trabalhadores sabem expressar de forma ordeira e pacífica os seus sentimentos e protestos contra a ordem de coisas que torna a sua vida cada dia mais difícil.

O ato assinalou um avanço na frente única do povo. Além das entidades sindicais de trabalhadores, numerosas organizações populares participaram do desfile. Operários das grandes fábricas, estudantes e donas de casa formaram juntos e contaram com o apoio ativo de setores do comércio e da indústria, na luta contra os responsáveis pela carestia da vida e contra a exploração do país pelos trustes norte-americanos. Dezenas de grandes empresas encerraram o trabalho muito antes do horário, a fim de que os operários pudessem desfilar.

A passeata também demonstrou que as massas populares cada vez mais tomam consciência da sua força e sentem que a aprovação da excepcionalidade para a revisão dos níveis de salário mínimo, o congelamento dos preços de alguns gêneros e outras medidas ultimamente tomadas contra a alta do custo da vida, como vitórias alcançadas em virtude de suas lutas.

REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS

Aos vereadores e deputados estaduais, diante das respectivas Câmaras, foi entregue cópia de um memorial

contendo as reivindicações dos trabalhadores. Essas reivindicações tratam de questões de interesse específico dos trabalhadores, assim como de problemas ligados à política econômico-financeira do governo, tais como a limitação da remessa de lu-

ros das empresas estrangeiras, a revogação das Instruções 166 e 167 da SUMOC e rejeição do Plano de Estabilização Monetária.

POSIÇÃO FACE AO GOVERNO

Na concentração em frente à Assembléa Legislativa, o dirigente sindical Luiz Tenório de Lima discursou ressaltando a importância das últimas vitórias alcançadas graças às lutas dos trabalhadores e do povo, frisando, porém, que ainda há um caminho árduo a percorrer, pois objetivos como a redução das tarifas da CMTC e

das empresas particulares, não foram alcançados e o país continua sendo espoliado pelos trustes e monopólios internacionais. Nesse sentido citou as palavras do Presidente da República aos dirigentes sindicais que estiveram no Catete, prometendo que dentro em breve os nossos portos estarão abertos para negociarmos com todos os países do mundo. Referindo-se à expressão do sr. Juscelino Kubitschek — «Dêem-me cobertura que eu enfrentarei seja quem for» — disse o orador: «Aqui estamos para dizer a S. Excias: «Tome medidas em defesa do povo brasileiro, em defesa das liberdades e da Constituição, que não vos faltará o nosso apoio.»



São Paulo parou no dia da passeata. O povo compreendeu o sentido da manifestação e compareceu em massa. Na foto um aspecto da manifestação, tomado no centro da cidade.

O CONGRESSO DEVE REJEITAR O VETO DE JK

A nova lei de imposto de renda, aprovada pelo Congresso, está longe de ser perfeita. Entre as coisas ruins que admitta, figura a permissão para a reavaliação bienal de ativo imobiliário das empresas, inclusive das empresas estrangeiras. Com isto cai por terra o princípio nacionalista do custo histórico no que se refere ao patrimônio das companhias concessionárias de serviços públicos. No entanto, a nova lei incluiu alguns dispositivos interessantes de sentido positivo para as camadas mais pobres e para a economia nacional.

O sr. Juscelino Kubitschek resolveu, porém, vetar diversos dispositivos. Neste seu veto, incluiu a nova tabela para o imposto complementar progressivo, que atinge as pessoas físicas, e o parágrafo 20 do artigo 57, que declara não terem efeito as reavaliações de ativos para fins de cálculo das tarifas de empresas concessionárias de serviços públicos.

No primeiro caso, a alegação é que a nova tabela reduzirá a arrecadação em 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros. De fato, a tabela aprovada é mais suave que a anterior, inclusive para os indivíduos de rendas altas, e que realmente não é aceitável na atual situação financeira do país. Ao mesmo tempo, porém, a nova tabela veio aliviar a carga tributária sobre as pessoas de baixas rendas. Assim, por exemplo a isenção foi elevada de 60 para 20 mil cruzeiros, além de percentagens algo mais reduzidas para as rendas até 300 mil cruzeiros. O veto, se aprovado, restabelecerá a tabela atual, atingindo com tributação mais alta a ricos e pobres, aos que podem e aos que não podem pagar.

Aprovar o veto, neste particular, será agravar a situação sobretudo de funcionários públicos, trabalhadores e pequenos empresários, que sofrem mais duramente com a inflação.

Quanto ao parágrafo 20 do artigo 57, resultante de proposta do deputado Sérgio Magalhães, veio reduzir o mal das reavaliações de ativos, uma vez que impedia se refletissem elas na elevação das tarifas de serviços públicos. Ao vetar o parágrafo, o sr. Juscelino Kubitschek faz mais uma iníqua concessão à Light e à Bond and Share. Aliás, toda esta história de reavaliação de ativos veio no Plano de Estabilização Monetária articulada, segundo se sabe, pelo sr. Alexandre Kafka, economista a serviço da Light. Quanto ao sr. Lucas Lopes, também se sabe que é do pelto da Bond and Share.

O veto do presidente da República, se aprovado, dará base legal para violenta elevação de tarifas, agravando a carestia da vida.

O Congresso tem o dever de salvaguardar os interesses das massas populares e da economia nacional, rejeitando o veto presidencial a esses dois dispositivos da nova lei do imposto de renda.